

RELATÓRIO
DE GESTÃO
2017

NOTA DE ABERTURA

A elaboração do Relatório de Gestão, para além de responder a um imperativo legal no âmbito da prestação de contas, constitui em si mesmo uma oportunidade para a Força Aérea explicitar e dar a conhecer o resultado da sua atividade, previamente enquadrada pelos instrumentos de planeamento definidos, nomeadamente o Plano Anual de Atividades e os Objetivos de Gestão traçados.

O resultado da atividade está direcionado e consubstanciado na gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais atribuídos, bem como nos desafios inerentes ao cumprimento da missão.

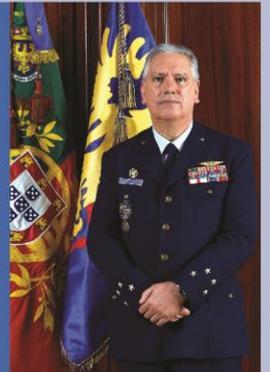
No ano de 2017 continuou a verificar-se uma conjuntura macroeconómica caracterizada por uma forte contenção na despesa pública, cujo foco se manteve centrado no alcance das metas orçamentais, tendo como fim último a sustentabilidade e a consolidação das contas públicas.

Esta meta nacional tem imposto significativos constrangimentos à atividade da Força Aérea, com particular incidência no Regime de Esforço da Atividade Aérea, o qual não tem conseguido recuperar de forma sustentada a quebra acentuada que teve no ano de 2012, apesar da implementação do Plano de Contingência 2012/2018, constatando-se que no ano de 2017 se verificou uma recuperação em relação ao ano anterior, num total de 1.824 HV, a qual não foi suportada por um incremento no financiamento, mas por decréscimo dos custos diretos.

No entanto, independentemente do produto operacional no ano de 2017 ter sido superior ao ano anterior, torna-se necessário ressaltar que os efeitos desta conjuntura orçamental restritiva, impõe limitações com repercussões transversais a todas as outras áreas, induzindo custos de manutenção e substituição muito mais elevados no futuro, relacionados com a manutenção das infraestruturas e substituição de viaturas e equipamentos, os quais são fundamentais para a modernização da instituição e que urge inverter.

Apesar destes enormes desafios, a Força Aérea continua a pautar o seu dia a dia por referências de excelência, integrando projetos nacionais e internacionais com tecnologias de ponta, organizando exercícios operacionais altamente prestigiantes para o País, participando em missões no Campo da Segurança Humana e Segurança Cooperativa, garantindo a defesa aérea, a fiscalização da nossa zona económica exclusiva e salvando vidas.

Esta inequívoca demonstração de vitalidade e de compromisso com o interesse público, reforçada com a nova missão confiada à Força Aérea, que se traduz no comando e gestão centralizada dos meios aéreos de combate a incêndios florestais por meios próprios do Estado ou outros que sazonalmente sejam necessários, está alicerçada na exemplar competência profissional e no vincado sentido de missão dos militares e civis da Força Aérea que, orgulhosamente, servem a Nação, focados no interesse nacional e no cumprimento das Missões que a Nação nos ditar.



O General CEMFA

Manuel Teixeira Rolo
General

SUMÁRIO

Atividade Operacional

Durante o ano de 2017 a Força Aérea realizou 15.066 saídas, correspondentes a 18.646 horas de voo. Nas missões internacionais foram realizadas 1.876 horas de voo. Foram efectuados 35 salvamentos em 121 missões de busca e salvamento. Foram realizadas 503 evacuações sanitárias, maioritariamente nos Açores e Madeira, e 44 evacuações a navios, totalizando o salvamento de 638 doentes. No âmbito da fiscalização das pescas foram efectuadas 71 missões, cobrindo uma área de 4.614.000 NM2.



Recursos Humanos

No final de 2017 a Força Aérea tinha 6.580 efetivos na sua estrutura, uma variação negativa de 1 % relativamente ao ano anterior. A redução de efectivos verificada nos últimos anos deve-se essencialmente à diminuição dos ingressos para o regime de contrato e à redução de pessoal civil. Esta redução tem um impacto negativo na capacidade operacional da Força Aérea.



Orçamento

A Força Aérea teve, em 2017, uma taxa de execução orçamental de 94,89%, no cômputo global, o que representa um montante executado de 348 milhões de euros. Neste montante estão incluídas as verbas respeitantes às Forças Nacionais Destacadas e aos orçamentos de investimento. Contudo, o orçamento inicial, que contempla as reais necessidades da Força Aérea, foi significativamente limitado pelas reservas legais, cativos legais e cortes nos fundos disponíveis.



Património

A 31 de dezembro de 2017, o ativo da Força Aérea totalizava cerca de 6,305 mil milhões de euros, composto maioritariamente por terrenos, edifícios, infraestruturas, bens e equipamentos militares. As dívidas de clientes totalizaram 12,3 milhões de euros, sendo que as dívidas de cobrança duvidosa diminuíram relativamente ao ano transato. O Resultado Líquido foi positivo, totalizando 14,8 milhões de euros.



Perspetiva Futura

Uma gestão criteriosa e a optimização dos recursos disponíveis são essenciais para colmatar a conjuntura financeira nacional que tem limitado fortemente o financiamento para a sustentação das frotas da Força Aérea, que em 2017 foi de 33,8 milhões de euros, significativamente inferior ao montante necessário para fazer face às necessidades decorrentes do nível de ambição previsto no Conceito Estratégico Militar, e vertido no sistema de Forças Nacionais. Apesar destes constrangimentos é fundamental que a Força Aérea continue a manter a capacidade de cumprir, em segurança e com eficácia, as missões atribuídas.



AERONAVES



FALCON 50



F-16
FIGHTING FALCON



ASK-21



DHC-1
CHIPMUNK



TB-30
EPSILON



DORNIER
ALPHA JET



C-130
HERCULES



C-295 M



P-3C
ORION



SE 3160
ALOUETTE III



EH-101
MERLIN

Índice

I.	Nota de Abertura	
II.	Sumário	
III.	Sistemas de Armas	
1.	Introdução	1
1.1	Enquadramento	1
1.2	Aspetos contabilísticos	2
1.3	Estrutura organizacional	3
2.	Análise da Atividade Desenvolvida	5
2.1	Estratégia de Gestão	5
2.2	Recursos Humanos	7
2.2.1	Indicadores de Atividade	10
2.3	Atividade Logística	10
2.3.1	Indicadores de Atividade	12
2.4	Atividade Operacional	13
2.4.1	Indicadores de Atividade	17
2.5	Instrução	18
2.5.1	Indicadores de Atividade	19
3.	Análise ao Orçamento da Receita e da Despesa	20
3.1	Estrutura da Receita e da Despesa	20
3.2	Execução Orçamental por Fonte de Financiamento	22
3.3	Execução das missões com Forças Nacionais Destacadas	24
3.4	Execução do Plano Plurianual de Investimentos	25
3.4.1	LPM	25
3.4.2	Lei das Infraestruturas Militares	27
3.4.3	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central	28
3.5	Evolução da Receita e da Despesa	29
3.5.1	Indicadores Orçamentais	30
4.	Análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados	31
4.1	Análise da Situação Patrimonial – Balanço	31
4.2	Análise das Contas de Exploração – Demonstração de Resultados	33
4.2.1	Indicadores Financeiros	34
4.3	Evolução das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo	35
4.4	Informação sobre publicidade institucional	36
5	Perspetiva futura	36
5.1	Objetivos de Gestão	36
5.2	Pessoal	37
5.3	Sistemas de Informação	39
5.4	Operação	40
5.5	Capacidades Militares	42
IV.	Lista de Abreviaturas	46

Índice de Figuras

Figura 1 - Organograma da Força Aérea	4
---	---

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Perspetivas de Gestão da Força Aérea	6
---	---

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Pessoal na Efetividade de Serviço por Categoria 2017.....	7
Gráfico 2 - Distribuição por Género 2017	8
Gráfico 3 - Variação de Efetivos por Género 2016/2017	9
Gráfico 4 - Nível de Formação 2017	9
Gráfico 5 - Ações de Manutenção por Frota 2017	11
Gráfico 6 - Aeronaves Atribuídas, Disponíveis e Prontas 2017.....	11
Gráfico 7 - HV: Nível de Ambição/Planeadas/Executadas 2017.....	14
Gráfico 8 - HV por Tipo de Atividade 2017.....	15
Gráfico 9 - HV Realizadas em missões internacionais em 2017	16
Gráfico 10 - Atividade do CFMTFA 2017	19
Gráfico 11 - Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (nº. dias) 2017.....	22
Gráfico 12 - Pessoal vs Funcionamento e Operação em 2017.....	23
Gráfico 13 - Execução Orçamental das FND´s em 2017	25
Gráfico 14 - Evolução da Receita 2017.....	29
Gráfico 15 - Evolução da Despesa Orçamental 2017	30
Gráfico 16 - Síntese das Dívidas de Clientes 2017	35

1.Introdução

1.1 Enquadramento

O Relatório de Gestão de 2017 contém a documentação a apresentar ao Tribunal de Contas no âmbito da Conta de Gerência da Força Aérea. Mais do que uma obrigação legal, traduz-se numa oportunidade para a organização apresentar a atividade desenvolvida decorrente da sua missão.

O presente relatório destina-se a todos os utilizadores, que, de uma forma geral pretendam obter informação clara e transparente sobre as práticas de gestão desenvolvidas pela Força Aérea no cumprimento da Missão que lhe está atribuída.

A Força Aérea, através do Relatório de Gestão, apresenta as suas contas relativamente à gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que teve ao dispor no ano 2017. O presente documento, contém na sua génese, uma base de informação interna e externa, no sentido de permitir uma análise e reflexão quanto ao estado da Organização e quanto à sua visão estratégica.

De forma a cumprir os princípios da continuidade e comparabilidade da informação financeira a prestar, a estrutura do Relatório de Gestão mantém-se coerente com relatórios anteriores. Na elaboração deste documento procura-se a partilha do conhecimento organizacional, transversal às suas áreas de responsabilidade.

A dimensão e a forma de exposição da informação no Relatório de Gestão permite uma leitura simples da situação e evolução da Organização, espelhando os diversos documentos contabilísticos e informacionais que foram produzidos ao longo do ano.

No primeiro capítulo é efetuada uma introdução aos objetivos do Relatório de Gestão, aos aspetos contabilísticos que o enquadram e uma apresentação sumária da estrutura da Força Aérea.

No segundo capítulo é abordada a atividade da Força Aérea nas suas componentes mais relevantes, apresentando sempre que adequado, indicadores ilustrativos do desempenho alcançado.

O terceiro capítulo engloba a execução orçamental. São analisadas as componentes do orçamento de receita e de despesa, por fonte de financiamento, bem como dos programas de investimento.

A perspetiva patrimonial é analisada no quarto capítulo, onde são abordados os aspetos materialmente mais relevantes do Balanço, Demonstração de Resultados, assim como evolução das dívidas de terceiros de curto prazo.

No quinto e último capítulo é efetuada uma reflexão sobre a perspetiva futura, sendo apresentados os elementos que podem vir a orientar o desempenho ao nível da gestão na Força Aérea.

Assim, de acordo com a Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (Lei de Enquadramento Orçamental), alterada pela Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, é apresentado o Relatório de Gestão, como parte integrante dos documentos que acompanham a Prestação de Contas da Força Aérea.

1.2 Aspetos contabilísticos

A elaboração da prestação de contas teve em consideração as normas estabelecidas no n.º 1, parte III – Documentação a remeter ao Tribunal de Contas, das Instruções n.º 1/2004 – 2ª Secção do Tribunal de Contas – instruções para a organização e documentação das contas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro.

O sistema de contabilidade e prestação de contas utilizado pela Força Aérea é suportado pelo Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN), partilhado pelos vários organismos do Ministério da Defesa Nacional (MDN), e na dependência da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SG-MDN).

O SIGDN é um projeto de grande dimensão, modular e de implementação faseada. Os seus objetivos iniciais consistiram na aplicação do POCP, na adesão ao Regime de Administração Financeira do Estado (RAFE), e na padronização de procedimentos através da integração da informação sob uma plataforma tecnológica comum, com a finalidade de produzir informação agregada para a gestão aos diversos níveis da Defesa Nacional.

O ano de 2017 foi marcado pelo arranque, no SIGDN, do módulo de recursos humanos e vencimentos, que se pretende finalizado em 2018 e operacional em 2019 para processamento de vencimentos. Conjugado com o elevado grau de implementação dos módulos financeiro e logístico, irá aumentar a eficiência e potenciar mecanismos de estruturação da contabilidade de gestão na Força Aérea. Não obstante, o módulo de manutenção dos sistemas de armas integrado no SIGDN continua a aguardar por decisão futura, adiando uma integração plena dos Sistemas de Informação.

Ainda no domínio contabilístico, e como última nota introdutória, devem ser referidos em 2017 os trabalhos preliminares tendentes à adoção do novo referencial contabilístico, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Foi efetuada uma extensa

formação dos recursos humanos da área financeira e executadas algumas atividades de análise e avaliação, a fim de preparar o ano de 2018, no qual se prevê o início formal dos trabalhos de adoção do SNC-AP no SIGDN.

1.3 Estrutura organizacional

A atual estrutura organizacional da Força Aérea decorre do processo de reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, que culminou com a aprovação da Lei de Defesa Nacional (LDN), da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) e da Lei Orgânica da Força Aérea (LOFA).

Neste âmbito, a Lei n.º 31-A/2009, de 7 de julho, aprovou a LDN, que após a Declaração de Retificação n.º 52/2009, de 20 de julho, passou a denominar-se Lei Orgânica n.º 1-B/2009 (alterada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto).

A LDN reflete os princípios basilares da Defesa Nacional, da política de Defesa Nacional, da defesa da Pátria e do estado de guerra, definindo ainda as responsabilidades dos órgãos do Estado, as atribuições e estrutura do MDN, o papel das Forças Armadas na Defesa Nacional, a sua missão e os direitos associados à condição militar.

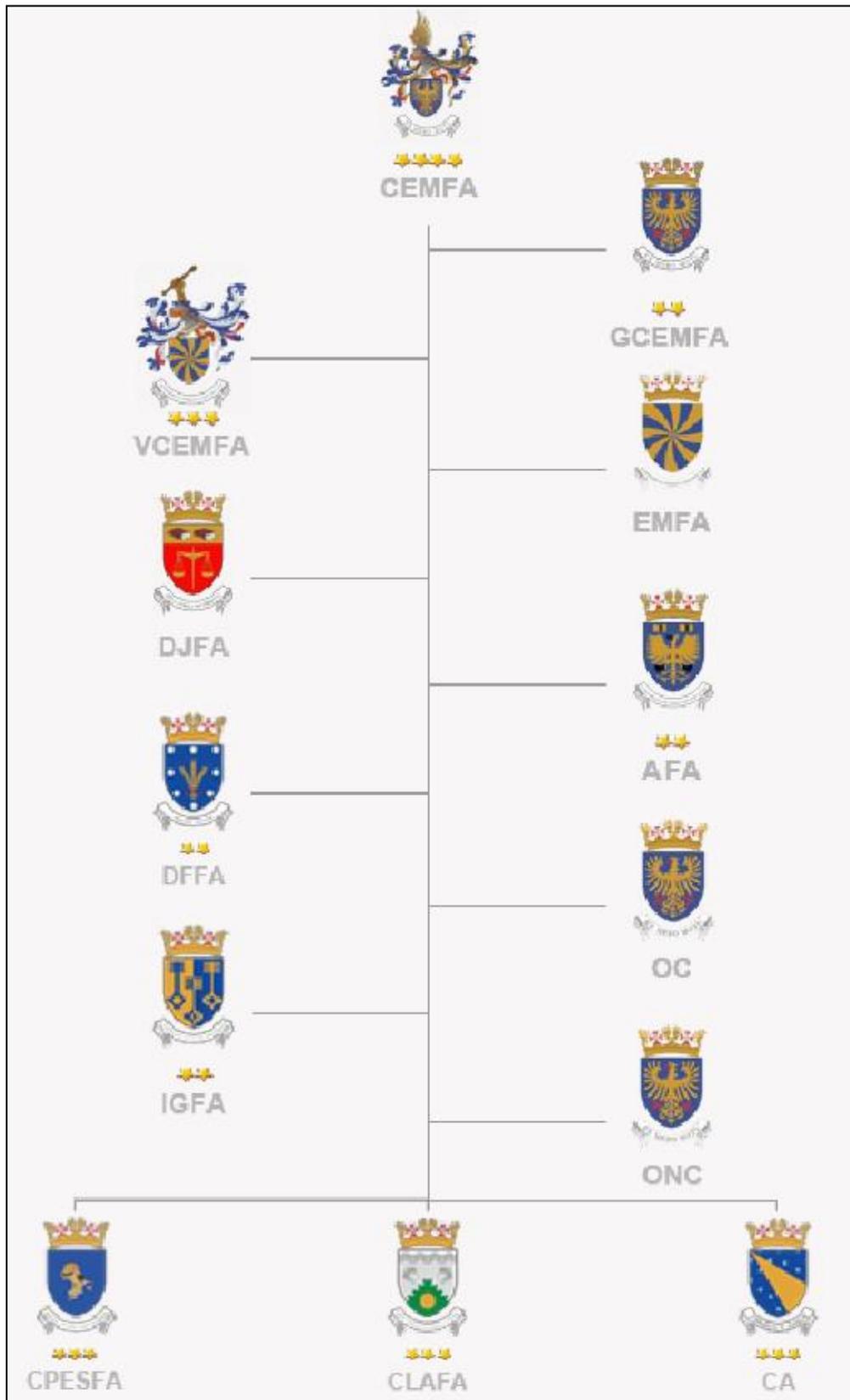
A LOBOFA foi aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 07 de Julho, que foi posteriormente alterada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 01 de setembro.

Esta lei estabelece os princípios fundamentais em que assentam as Forças Armadas no que respeita à organização, funcionamento e missão das mesmas, não deixando de realçar o seu papel primordial na Defesa Nacional quando em estado de guerra.

No desenvolvimento do regime jurídico da LOBOFA, na sequência das alterações legislativas introduzidas em 2014, foi publicado o Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro, que aprovou a nova LOFA, que entrou em vigor a 01 de janeiro de 2015.

O organograma da macroestrutura da Força Aérea, a 31 de dezembro de 2017, está apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Organograma da Força Aérea



Fonte: <http://www.emfa.pt/www/unidades>

2. Análise da Atividade Desenvolvida

2.1 Estratégia de Gestão

Os objetivos conjunturais a nível nacional, internacional e os objetivos da Defesa Nacional são a base dos documentos matriciais da Política de Defesa Nacional. Nestes documentos são assentes as orientações estratégicas que fundamentam a atividade desenvolvida na Força Aérea.

O cumprimento da missão é objetivo primordial da atividade da Força Aérea. Nos termos da Constituição e da Lei, a Instituição deve participar de forma integrada na defesa militar da República, sendo fundamentalmente vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios operacionais.

Num ambiente de constrangimentos e de incerteza económica, a eficiência na realização das atividades e o cumprimento da missão são dificultados. Desta forma, é indispensável um planeamento ponderado e um controlo eficaz da atividade da Organização.

Visando uma Organização ágil, flexível, adaptável e focada na missão são definidos Objetivos Estratégicos (OE) que fundamentam o planeamento a jusante. Os OE estão definidos na Diretiva do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) n.º 04/2017, de 24 de fevereiro, para os anos 2017 – 2022:

- OE1** – Dinamizar a edificação, sustentação e evolução das capacidades operacionais, complementares, e do apoio logístico, a fim de maximizar a segurança e a eficiência da componente aérea do Sistema de Forças;
- OE2** – Desenvolver a Força Aérea assente numa gestão de pessoal sustentável e no desenvolvimento das ações tendentes a envolver e apoiar a Família, que estimule a cultura, a inovação e a criatividade, melhore a capacidade de recrutamento e seleção e, promova a valorização do potencial humano, através de uma formação e treino continuados, de qualidade, incentivando o mérito, a motivação e a retenção;
- OE3** – Promover a otimização sistémica da organização, maximizando a *governance*, a sustentabilidade e a eficiente gestão dos recursos, fortalecendo a cooperação transversal e valorizando a comunicação e imagem junto da sociedade e dos cidadãos.

A tomada de decisão é influenciada pela volatilidade dos ambientes internos e externos, desta forma a estratégia da Força Aérea é definida nas seguintes perspetivas de gestão:

Tabela 1 - Perspetivas de Gestão da Força Aérea

Produto Operacional	Com vista a gerar confiança e segurança para os cidadãos, a obter sucesso operacional e organizacional perante o Estado e a tornar-se um aliado reputado e competente das Organizações e dos Países Aliados.
Processos Internos	Que promovam condições de excelência na obtenção do produto operacional, designadamente através de processos críticos como a afirmação do Poder Aéreo, a edificação e o emprego das capacidades, a prontidão operacional, a garantia de uma logística agilizada e projetável, a preservação de uma cultura organizacional e a promoção de boas relações com o exterior.
Aprendizagem e Crescimento	Dentro e fora da Organização, de forma a assegurar uma efetiva criação de valor na Organização apostando nas competências das pessoas que nela servem e na modernização dos Sistemas de Armas e da infraestrutura tecnológica.
Gestão de Recursos	O grau de sucesso de tudo o que se faz na Força Aérea, depende maioritariamente do valor dos seus recursos e do grau de eficiência patenteado na sua gestão, particularmente das pessoas que servem a Instituição.

O planeamento e controlo da gestão realizada pela Força Aérea têm como orientação dois documentos significativos de administração, o Plano e o Relatório Anual de Atividades. Estes dois documentos estão normalizados no RAFE previstos no Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, e no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

Os OE delineados, os subsequentes Objetivos Operacionais (OO) e Atividades definidos na Diretiva de Planeamento 04/CEMFA/17, de 24 de fevereiro, suportam a elaboração do Plano e do Relatório Anual de Atividades. Estes dois documentos são a base para a estruturação do planeamento e identificação das ações a executar, de forma a alcançar os resultados pretendidos pelos Órgãos e serviços da Instituição.

Uma vez que a conjuntura de restrição orçamental, que tem vindo a limitar a atividade da Força Aérea, se manteve no ano de 2017, a consecução de determinados objetivos foi bastante afetada, com especial incidência no Regime de Esforço (RE) da Atividade Aérea, o que não permitiu cumprir o nível de ambição vertido no Plano de Contingência 2012-2018 (documento enquadrador de uma estratégia de curto/médio prazo).

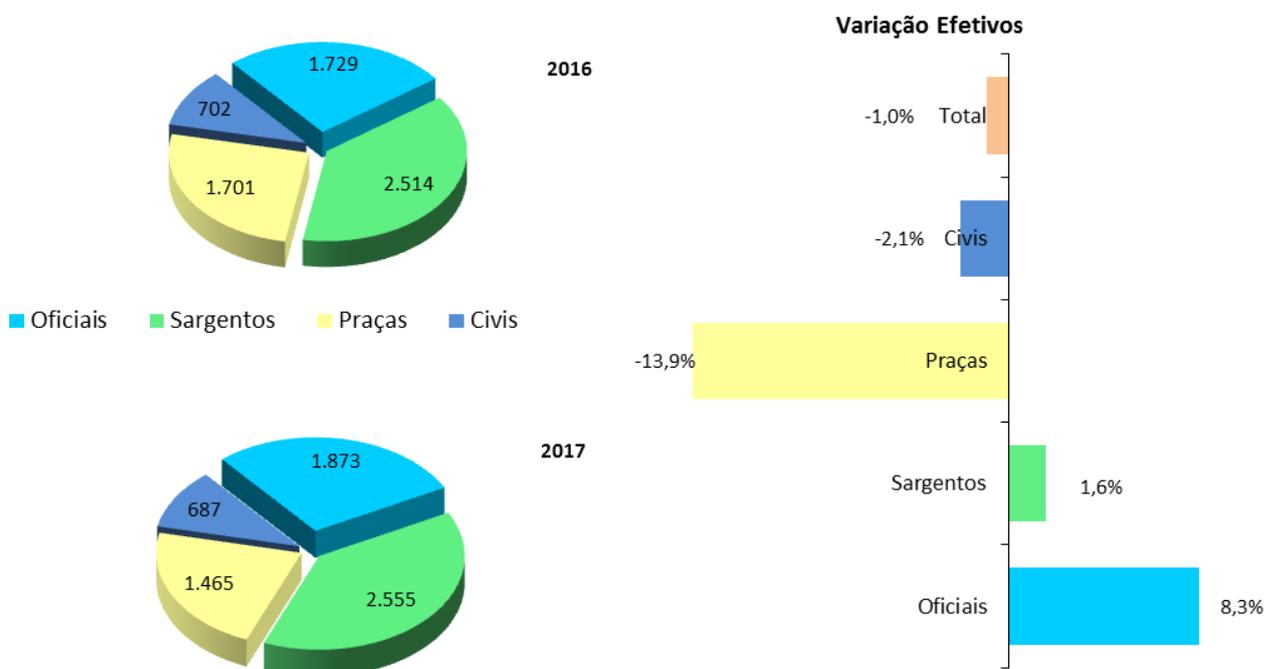
Em conformidade com anos anteriores, de forma a minimizar o impacto do cenário de restrição orçamental, deu-se continuidade à política de otimização da eficiência da operação e da sustentação dos sistemas de armas. Esta política inclui controlos mensais e revisões trimestrais sustentadas por uma permanente e exigente atualização da capacidade de sustentação das frotas e da disponibilidade financeira para suportar os respetivos encargos, baseada na análise do grau de cumprimento dos planeamentos mensais de cada Unidade Aérea.

2.2 Recursos Humanos

Os recursos humanos são o fator decisivo para que a Força Aérea possa cumprir a missão que lhe está atribuída.

De acordo com o Gráfico 1, em 2017, a Força Aérea contava com um total de 6.580 efetivos militares e civis no ativo e dentro da sua estrutura organizacional, verificando-se uma redução de 1% face ao ano de 2016. As principais variações a realçar, face ao ano transato, ocorreram na categoria de Praças e na categoria de Oficiais, que representaram uma redução de 13,9% e um aumento de 8,3% respetivamente.

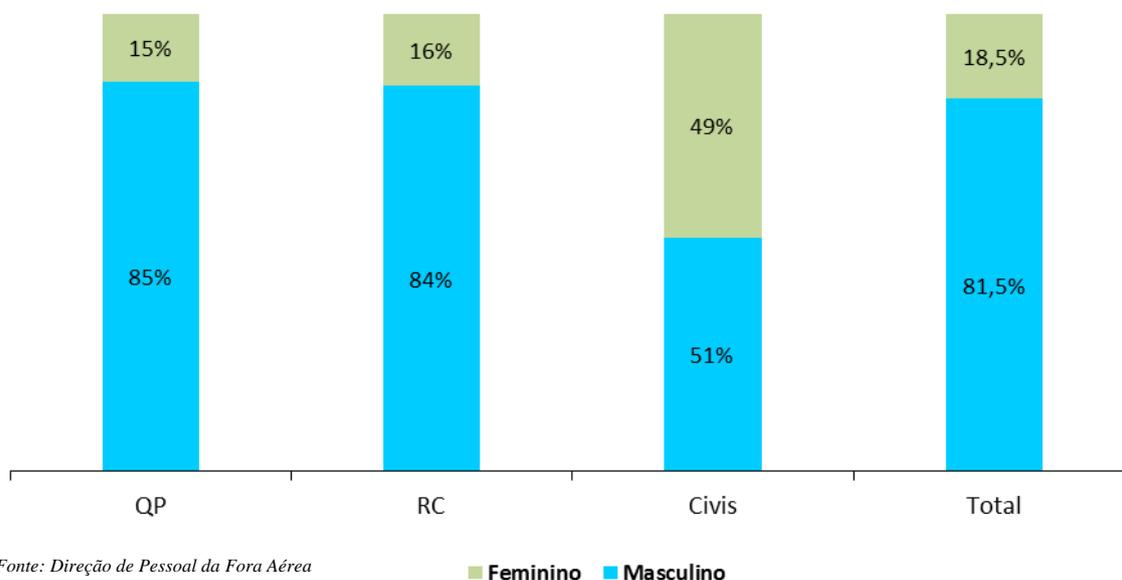
Gráfico 1 - Pessoal na Efetividade de Serviço por Categoria 2017



Fonte: Direção de Pessoal da Força Aérea

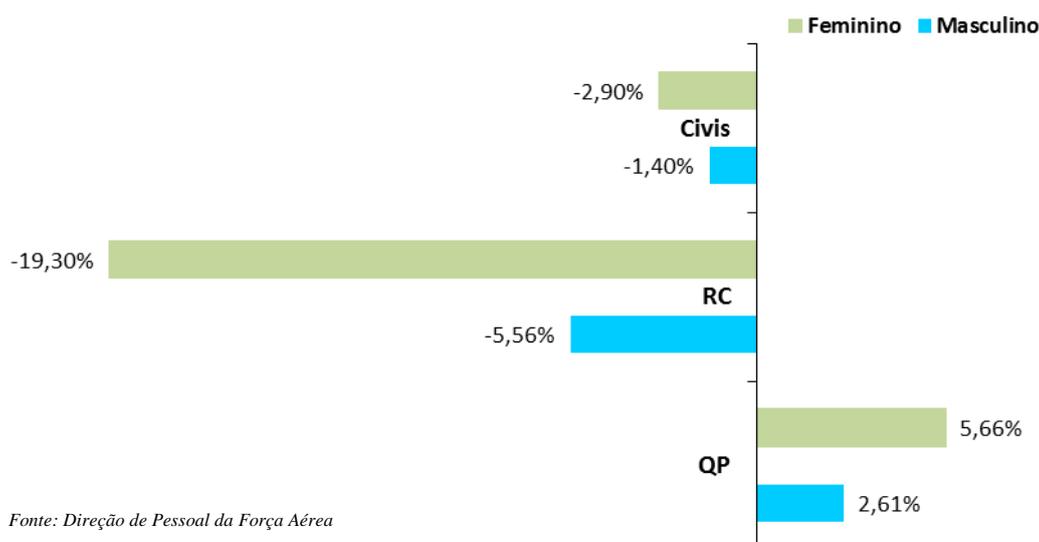
Em termos de distribuição por género, patente no Gráfico 2, verifica-se um cenário semelhante ao do ano transato. Apenas se verificou uma ligeira diminuição dos militares do sexo feminino do universo de Regime de Contrato (RC) relativamente ao ano de 2016 que de certa forma foi compensada com o ligeiro aumento no universo do Quadro Permanente (QP).

Gráfico 2 - Distribuição por Género 2017



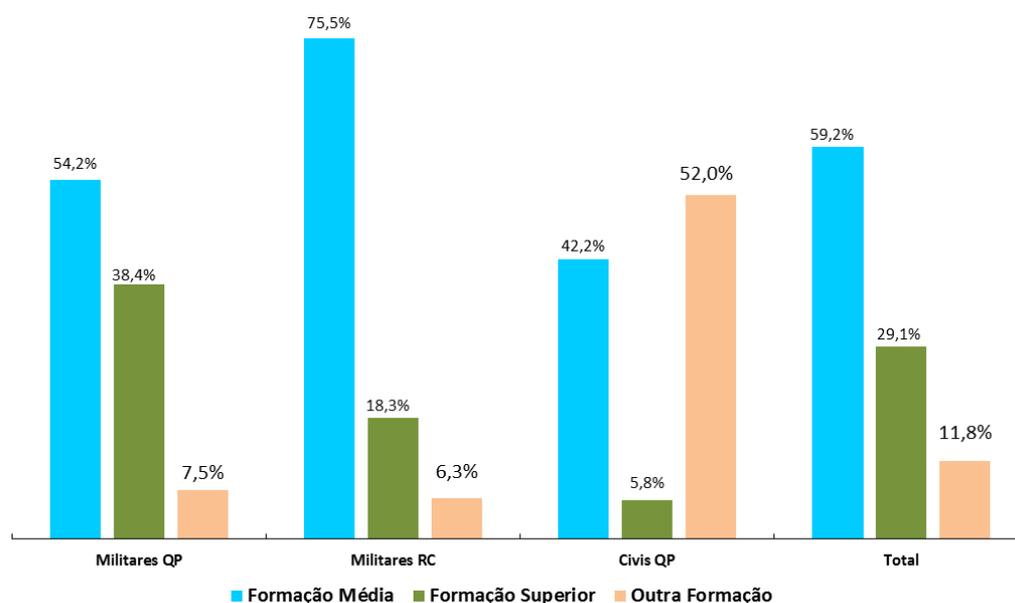
Através do Gráfico 3, verifica-se que a maior variação de efetivos por género ocorreu no universo de RC sexo masculino e feminino, com uma redução de 19,30% e 5,56% respetivamente. Constata-se também um acréscimo de militares pertencentes ao QP, o que justifica a variação de 5,66% do sexo feminino e 2,61% do sexo masculino, face a 2016. Contudo, a diminuição na categoria de civis levou a uma variação negativa no número de civis do sexo feminino na ordem dos 2,90% e 1,40% do sexo masculino.

Gráfico 3 - Variação de Efetivos por Género 2016/2017



No que respeita aos níveis de formação (a que corresponde o grau de habilitações literárias, fator crítico de sucesso para qualquer organização), tem vindo a ser efetuado um esforço de melhoria contínua quer através da formação que é ministrada na Instituição – quer nos seus polos académicos da Academia da Força Aérea (AFA), e do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTFA) - quer através do aumento do grau habilitacional na admissão ao Ramo. Relewa-se o facto de cerca de 38,4% dos militares nos Quadros Permanentes possuir, em 2017, formação superior. Relativamente ao total do efectivo da Instituição 29,1% tem formação superior, como demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Nível de Formação 2017



2.2.1 Indicadores de Atividade

Um dos princípios fundamentais da presente análise resulta na possibilidade de, através da leitura de indicadores de atividade, se poder sintetizar informação, identificando deste modo oportunidades de melhoria contínua. Estes indicadores constituem-se como instrumentos de acompanhamento e avaliação da forma como os recursos humanos têm evoluído, verificando-se o seguinte (Quadro n.º 1):

- a. Ocorreu uma redução dos efetivos globais em cerca de 1% face ao ano transato, sendo que a categoria de Praças foi a mais afetada (-13,9%). Em termos globais, os efetivos de 2017 representaram um decréscimo de 66 pessoas face a 2016, dos quais 41 são militares;
- b. Dos efetivos militares globais constata-se que 60,2% têm vínculo permanente à Força Aérea, sendo 18,47% desses efetivos do sexo feminino.

Quadro n.º 1 - Indicadores de Atividade 2017			
Recursos Humanos		2016	2017
Varição de Efetivos	$((\text{Efetivos } n - \text{Efetivos } (n-1))/\text{Efetivos } (n-1))$	-2,25%	-0,99%
Vínculo Militares QP	(Efetivos militares QP/Efetivos totais)	57,84%	60,20%
Vínculo Militares RC	(Efetivos militares RC/Efetivos totais)	31,60%	29,36%
Vínculo Cívico	(Efetivos Cívicos/Efetivos totais)	10,56%	10,44%
Feminização	(Efetivos Femininos/Efetivos Globais)	19,05%	18,47%
Formação Superior	(Total Efetivos com Formação Superior/ Efetivos Globais)	29,30%	29,07%

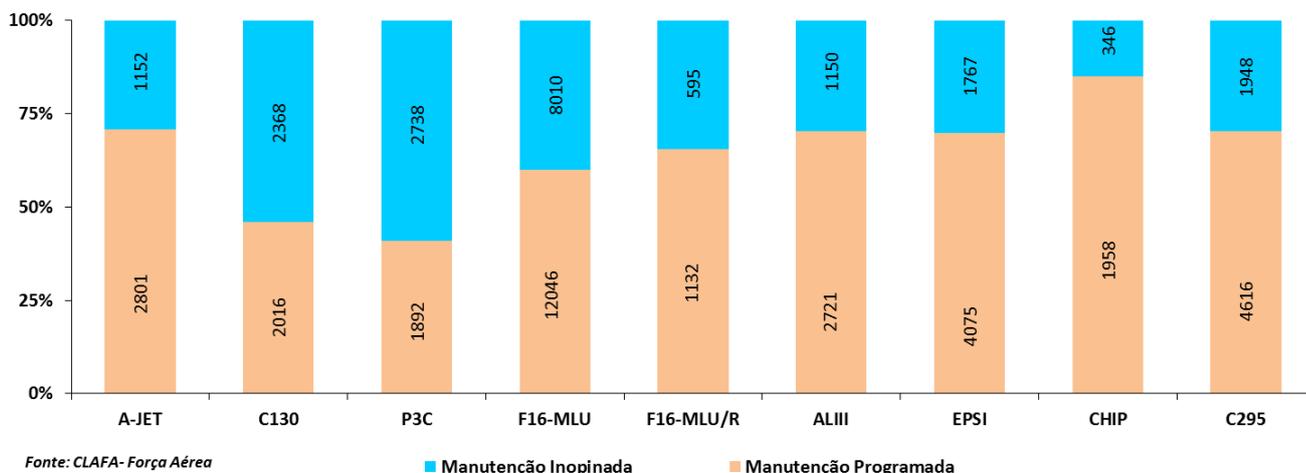
Fonte: Direção de Pessoal da Força Aérea

2.3 Atividade Logística

A componente logística, através da realização de atividades de manutenção e de apoio logístico, direta e indiretamente associadas aos sistemas de armas e órgãos de comando e controlo, é determinante para o aumento da eficácia no cumprimento da missão.

As ações de manutenção realizadas em 2017 por frota, são as que se apresentam no Gráfico 5:

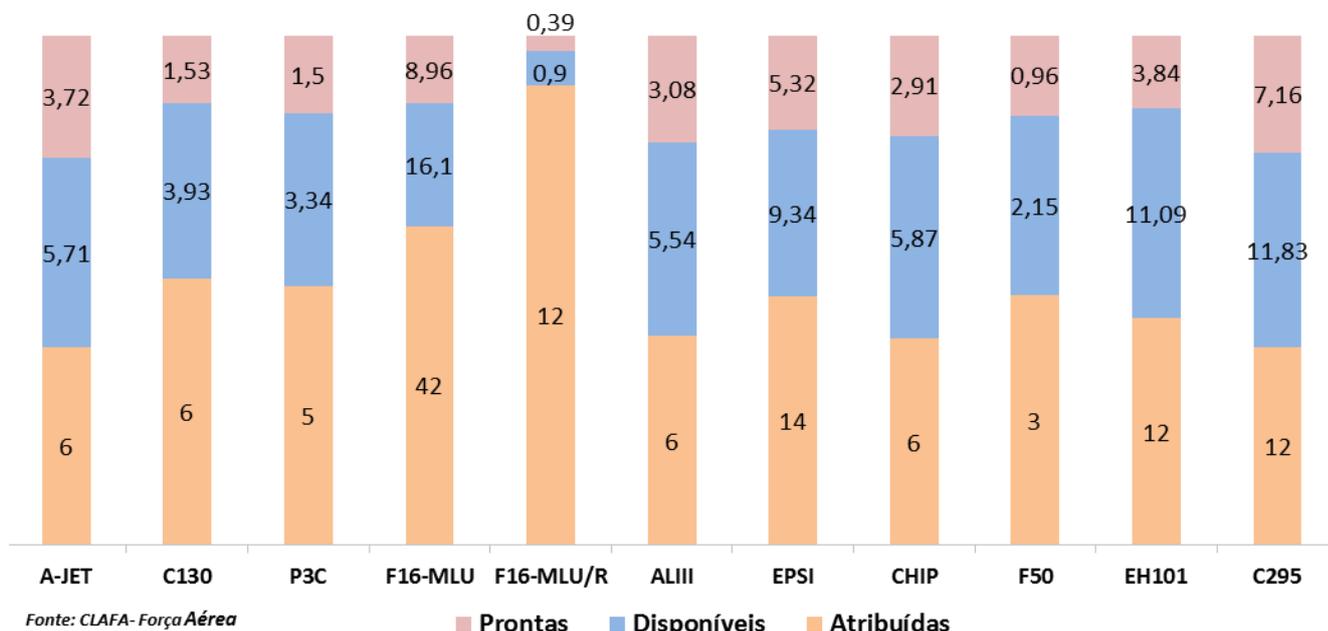
Gráfico 5 - Ações de Manutenção por Frota 2017



No que respeita a estas ações de manutenção, constata-se que em média, cerca de 68% são ações programadas. De referir que, os Sistemas de Armas C-295 e EH-101 possuem contratos de manutenção com os respetivos fabricantes (ILS e FISS), os quais asseguram as manutenções periódicas das aeronaves. Assim, as ações de manutenção efetuadas pela Força Aérea são essencialmente inopinadas para responder às anomalias que surgem na sequência da operação das aeronaves, ficando uma franja residual de inspeções a cargo da Força Aérea.

Por outro lado, releva-se que das aeronaves atribuídas (total da frota) encontravam-se disponíveis para voo cerca de 61% (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Aeronaves Atribuídas, Disponíveis e Prontas 2017



Contribui ainda para a componente logística, paralelamente às atividades de manutenção e sustentação das aeronaves, o esforço efetuado nas múltiplas vertentes logísticas que abrangem: a conservação de bens, os combustíveis e lubrificantes, a alimentação, o vestuário e a aquisição de material diverso para funcionamento dos serviços (Quadro n.º 2).

Quadro n.º 2 - Despesa efetuada nas Múltiplas Vertentes Logísticas (Fonte Financiamento)									U.M.: Euro
Rúbrica	R. Gerais	RCCTS	FND'S	LPM	LPM	LPM	LPM	LIM	Total
	FF111	FF123	FF111	FF111	FF121	FF123	FF129	FF123	
Conservação de Bens	4.054.651	4.056.405	1.819.812	20.573.459	5.027.716	2.343.091	642.477	52.092	38.569.702
Combustíveis e Lubrificantes	8.008.606	3.348.041	5.627.451	558.769	2.442.343	98	199.999	0	20.185.305
Alimentação	4.373.367	595.712	44.550	0	0	0	0	0	5.013.629
Vestuário	299.220	1.076.955	61.624	0	0	0	0	0	1.437.800
Material Diverso	3.344.886	6.605.509	771.008	678.055	1.082.531	3.395.661	177.733	0	16.055.384
Total	20.080.730	15.682.623	8.324.445	21.810.283	8.552.591	5.738.850	1.020.209	52.092	81.261.821

Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea e Divisão de Planeamento (LPM)

2.3.1 Indicadores de Atividade

A partir dos indicadores de desempenho é possível avaliar a eficiência da atividade logística, bem como a manutenção e as restantes vertentes logísticas, que têm contribuído para prover recursos para a execução de todas as atividades da Força Aérea. Desta análise destacam-se os seguintes aspectos (Quadro n.º 3):

- As ações de manutenção de aeronaves surgem 37,5% das vezes por motivos inopinados, representando as ações programadas 62,5% do total das manutenções. Relativamente ao ano transato, verifica-se um aumento das ações programadas em 2,7%;
- O nível de prontidão efetivo das aeronaves, relativamente ao ano 2016, registou um decréscimo de 9,5%.

Quadro n.º 3 - Indicadores de Atividade			
Logística		2016	2017
Ações de Manutenção Programadas	(Ações Manutenção Programadas/Total Ações manutenção)	59,8%	62,5%
Ações de Manutenção Inopinadas	(Ações Manutenção Inopinadas/Total Ações manutenção)	40,2%	37,5%
Prontidão das Aeronaves	(Nº Aeronaves Prontas / Nº Aeronaves Disponíveis)	61,4%	51,9%

Fonte: CLAF - Força Aérea

2.4 Atividade Operacional

Os resultados operacionais obtidos, face aos objetivos traçados, refletem o grau de eficácia do emprego dos meios e capacidades operacionais da Força Aérea, e assentam na conjugação das aeronaves prontas e das tripulações qualificadas para a realização das missões nas horas de voo atribuídas.

A presente conjuntura de restrição orçamental que se tem verificado nos últimos anos, tem imposto alguns limites na consecução de objetivos em várias áreas de atividade, não sendo exceção a atividade aérea enquanto produto operacional.

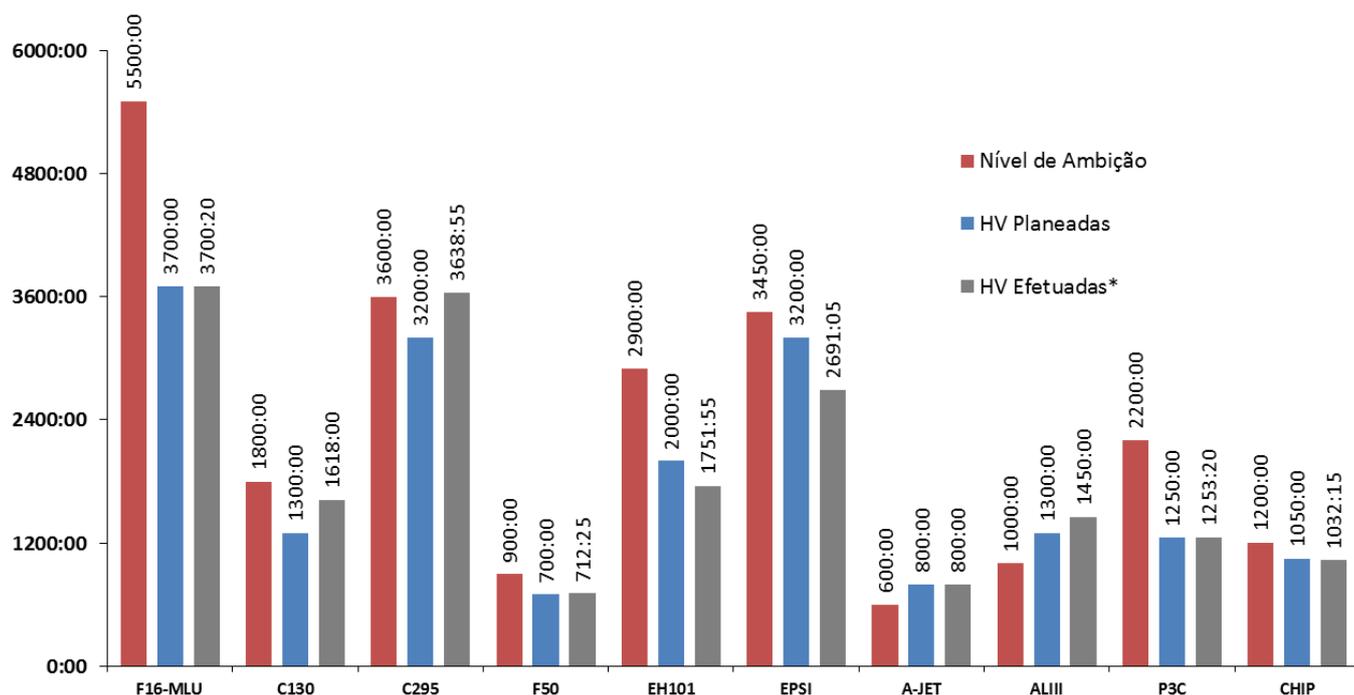
Considerando estes fatores, foi possível efetuar no ano de 2017, 18.646 Horas de Voo (HV), valor acima das horas de voo planeadas no início de 2017 (18.500 HV). No entanto, as HV efetuadas não estão próximas do Nível de Ambição estabelecidas no Plano de Contingência de 2012/18, que ascendem a 23.150 HV, que visam o cumprimento da missão, a regeneração de meios e a qualificação de tripulações.

De realçar o facto das HV realizadas terem sido sustentadas com um financiamento de 33,8 milhões de euros para custos diretos com a operação, face aos 38,3 milhões de euros financiados em 2016.

Independentemente desta tendência, a Força Aérea continuou a privilegiar a eficácia do emprego dos meios e capacidades operacionais disponíveis, otimizando a conjugação das aeronaves e tripulações prontas para realizarem as missões e HV planeadas, com vista à obtenção de resultados operacionais em conformidade com os objetivos traçados.

A atividade planeada em 2017, apresentada no Gráfico 7, resultou de ajustes pontuais em função da missão realizada e da dotação atribuída para a sustentação da atividade aérea. Tendo em atenção estas revisões trimestrais ao planeamento e tendo como objetivo otimizar os recursos humanos, materiais e financeiros, o rácio de concretização foi próximo do planeado.

Gráfico 7 - HV: Nível de Ambição/Planeadas/Executadas 2017



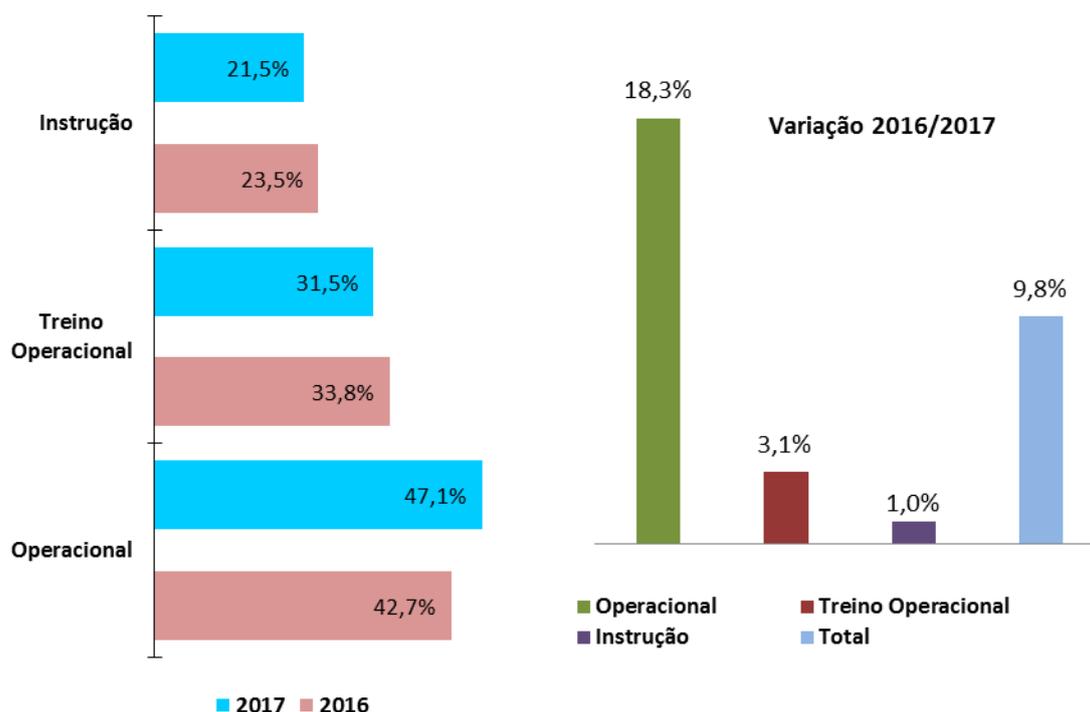
Fonte: Divisão de planejamento EMFA

*Não incluem 158:25 HV realizadas no âmbito do programa de alienação de F-16MLU.

Agregando as HV realizadas em função das principais áreas de atividade, tal como apresentado no Gráfico 8, verifica-se que, em 2017, ocorreu uma transferência da percentagem de HV realizadas da componente instrução e de treino operacional, para a componente operacional. Assim, 47,1% das missões contribuíram para a Atividade Operacional, 31,5% para o Treino Operacional e 21,5% para a Instrução.

Em comparação com o ano transato, verifica-se um acréscimo médio de 9,8% na atividade aérea global, verificando-se um aumento de HV voadas na componente Operacional.

Gráfico 8 - HV por Tipo de Atividade 2017



Fonte: Divisão de Operações EMFA

Relativamente ao empenhamento operacional, são relevantes os seguintes dados:

- Prontidão de alerta, com caças de interceção para policiamento aéreo e com helicópteros e aviões especializados em busca e salvamento aéreo, durante 24 horas/dia em 100% dos dias;
- Foram realizadas 44 evacuações em navios e 503 evacuações Sanitárias;
- Foram efetuados 35 salvamentos em 121 missões de busca e salvamento;
- No âmbito da fiscalização de pescas foram efetuadas 71 missões correspondendo a 4.614.000 NM² (*Nautical miles per square*);
- Foram efetuadas 33 missões de transporte de órgãos humanos para transplante.

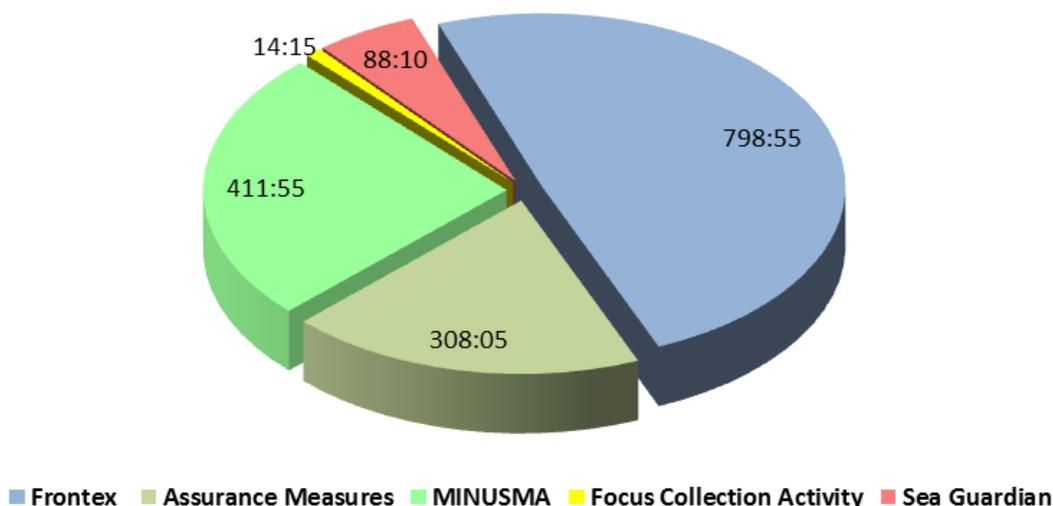
Salienta-se entre outros elementos importantes, as 1.876:05 HV efetuadas nas diversas missões internacionais, e as 2.265:17 HV em missões de Soberania e Segurança Humana, representadas no Quadro n.º 4.

Quadro n.º 4 - HV por Tipo de Missão 2017		
Tipo	Modalidade	Horas de Voo
Missões Internacionais	Missões Internacionais - Total	1876:05
Missões de Soberania e Segurança Humana	Busca e Salvamento	446:20
	Fiscalização das Pescas	374:05
	Evacuações a Navios	158:25
	Evacuações Sanitárias	751:35
	Transporte de Órgãos Humanos	70:05
	Vigilância do Espaço Aéreo	464:47
	Total	2265:17

Fonte: Divisão de Operações EMFA

No âmbito das missões internacionais, importa destacar o esforço efetuado na realização das mesmas, com impacto significativo na relevância e afirmação de Portugal como membro ativo das organizações e tratados de que faz parte. Um exemplo típico deste elevado nível de empenhamento foi verificado com a participação em diversas operações quer da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da União Europeia (UE) ou da Organização das Nações Unidas (ONU), de onde se salienta a participação de aeronaves F-16MLU na missão *Assurance Measures* da OTAN, da aeronave P-3C na Operação *Sea Guardian*, da OTAN, e de um C-130H na missão *MINUSMA*, da ONU, no Mali, para além dos meios que, de forma contínua, garantiram o cumprimento das restantes áreas de missão nos espaços de soberania nacional. As HV realizadas nas missões referidas anteriormente encontram-se no Gráfico 9.

Gráfico 9 - HV Realizadas em missões internacionais em 2017



Fonte: Relatório de Atividades 2017 DIVPLAN

Numa perspetiva de emprego operacional dos sistemas de armas em cumprimento das missões atribuídas e dentro dos condicionalismos decorrentes da redução do número de HV, foi garantido um regime de prontidão de 24 horas/dia nos 366 dias do ano com meios aéreos e tripulações devidamente capacitadas e qualificadas para os vários tipos de missão (cerca de 10% dos efetivos) das áreas de manutenção, tráfego aéreo, assistência e socorro (bombeiros), apoio médico e segurança (polícia aérea), para execução das missões de soberania e de segurança humana em proveito do interesse público. Importa referir que parte significativa dessa atividade foi desenvolvida em regime de destacamento, com o acréscimo de complexidade logística e inerente desgaste que tal implica.

O esforço operacional resultante de prontidão permanente só foi possível graças à flexibilidade, agilidade e adaptabilidade dos meios aéreos mas, acima de tudo, ao espírito de missão e competência das pessoas que os operam e sustentam, materializando um esforço global da Força Aérea, focada na Missão.

2.4.1 Indicadores de Atividade

Os indicadores de atividade operacional são fatores críticos de sucesso, na medida em que se prendem com a eficácia da utilização dos meios aéreos no cumprimento da missão. Através do seu conhecimento e acompanhamento será possível proceder à sua avaliação, rever metas e objetivos. Da análise de alguns indicadores, pode-se constatar (Quadro n.º 5) o seguinte:

- a. O rácio entre a atividade operacional e a atividade global foi de 47,1%;
- b. O rácio de eficiência relativamente ao número de horas atribuídas foi de 100,7%;
- c. Relativamente ao número de HV em missões internacionais e missões de interesse público, representam respetivamente 8,7% e 12,2% das HV Totais.

Quadro n.º 5 - Indicadores de Atividade			
Operacional		2016	2017
Atividade Operacional	(Atividade Operacional/Atividade Total)	42,7%	47,1%
Horas de Voo Efetuadas	(Nº Horas Efetuadas/Nº Horas Atribuídas)	98%	100,7%
Horas de Voo Missões Internacionais	(Nº Horas missões internacionais/Nº Horas efetuadas)	10%	8,7%
Horas de Voo Interesse Publico	(Nº Horas interesse publico/Nº Horas efetuadas)	11%	12,2%

Fonte: Divisão de Operações EMFA

2.5 Instrução

As atividades de instrução, ao conferirem competências, são indispensáveis à preparação dos militares para um adequado desempenho de funções. Por outro lado, a formação contínua é imprescindível para manter os quadros atualizados, numa realidade que se caracteriza por uma contínua e rápida mutação tecnológica e científica, onde o domínio da informação e a aplicação do conhecimento são requisitos de competitividade. Desta forma, importa realçar o contributo da AFA e do CFMTFA nesta área em concreto.

No que respeita à AFA, a atividade escolar dos cursos de Mestrado em Ciências Militares Aeronáuticas, compreende vários aspetos programáticos que integram a filosofia e organização do ensino nesta instituição, desenvolvendo-se através das suas diversas componentes, das quais se destacam a formação académica, a formação militar e a componente física.

Assim, destaca-se no quadro seguinte o número de alunos nacionais inscritos na AFA no ano letivo 2017/2018, e de reprovações ocorridas em 2016/2017:

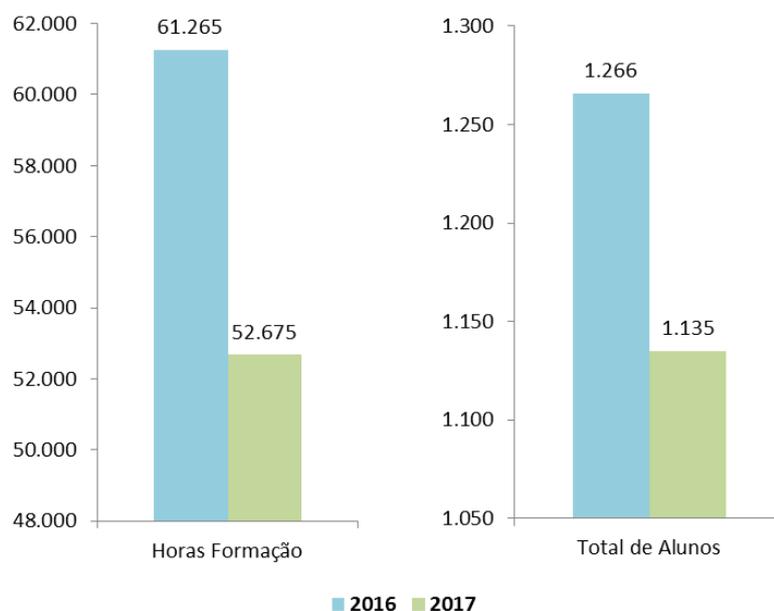
Quadro n.º 6 - Inscrições e Reprovações AFA							
Academia da Força Aérea - Inscrições 2017/2018							
Atividade letiva	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	Total
Mestrado em Ciências Militares e Aeronáuticas	31	24	22	15	19	22	133
Total	31	24	22	15	19	22	133

Academia da Força Aérea - Reprovações 2016/2017							
Atividade letiva	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	Total
Mestrado em Ciências Militares e Aeronáuticas	2	1	0	0	3	2	8
Total	2	1	0	0	3	2	8

Fonte: Academia da Força Aérea

No que concerne ao CFMTFA (Gráfico 10), a sua atividade traduziu-se, ao contrário do ano anterior, numa diminuição no total de horas de formação, bem como um decréscimo no número total de alunos.

Gráfico 10 - Atividade do CFMTFA 2017



Fonte: Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea

2.5.1 Indicadores de Atividade

Os indicadores relativos à Instrução constituem-se como instrumentos de avaliação do desempenho desta atividade em termos de taxas de sucesso dos alunos/instruendos. Da análise desses indicadores verifica-se que o número de reprovações e desistências no CFMTFA, apesar de ter aumentado, é residual tendo em conta o número de alunos inscritos. Relativamente à AFA, o número de reprovações continua a ser baixo face ao número de alunos inscritos.

De acordo com o Quadro n.º 7, globalmente, o total de formandos nacionais e estrangeiros em estabelecimentos de ensino da Força Aérea, repartidos por cursos militares, técnicos e mestrados, ascendeu a 1.268 militares em 2017, correspondendo a uma diminuição de 10,2% face ao ano de 2016.

Quadro n.º 7 - Indicadores de Atividade			
Instrução		2016	2017
Reprovação AFA	(Nº Reprovações AFA / Nº Alunos Inscritos AFA)	0,76%	6,02%
Reprovação e Desistências CFMTFA	(Nº Reprovações e Desistências CFMTFA / Nº Alunos Inscritos CFMTFA)	2,53%	1,06%

Fonte: Academia da Força Aérea e Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea

3. Análise ao Orçamento da Receita e da Despesa

3.1 Estrutura da Receita e da Despesa

No ano de 2017 foram recebidas dotações orçamentais no montante de 295.434.087,87 €, e cobradas receitas próprias no montante de 78.579.184,00 €, para um total de Receitas de Fundos Próprios de 374.013.271,87 € (Quadro n.º 8).

Quadro n.º 8 - Receitas de Fundos Próprios 2017							
Dotações Orçamentais				(UM: Eur)			
Correntes:			Capital:				
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%		
Transferências do Tesouro	285.694.209,15	96,70%	Transferências do Tesouro	9.739.878,72	3,30%		
Total das dotações Orçamentais =		295.434.087,87 €					
Receitas Próprias					U.M.: Euro		
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%		
0400 Multas e penalidades	0	0	0900 Venda Bens de Investimento	11.103.947,00	14,13%		
0600 Transferências Correntes	9.892.303,03	12,59%	01000 Transferência de Capital	3.993.075,65	5,08%		
0700 Venda Bens e Serviços Correntes	21.202.093,69	26,98%	01500 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	3.509.250,70	4,47%		
0800 Outras Receitas Correntes	9.336.604,48	11,88%	01600 Cobr. por transição saldos-fundos com.-OrgMDN	19.541.909,45	24,87%		
Total Receitas Correntes		40.431.001,20	51,45%	Total Receitas Capital		38.148.182,80	48,55%
Total das Receitas Próprias =		78.579.184,00 €					
Total das Receitas de Fundos Próprios =		374.013.271,87 €					

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa

Relativamente à estrutura da receita, são de salientar os seguintes aspetos (Quadro n.º 8):

- A venda de Bens e Serviços Correntes (Capítulo 07) e a venda de Bens de Investimento (Capítulo 09) representaram 41,11 % do total da receita própria da Força Aérea. Para esta situação o contributo maior resulta da continuidade do programa de alienação de 12 aeronaves F-16 (ALNF16) à República da Roménia, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2013, de 25 de julho.
- No capítulo 08 (Outras Receitas Correntes), a maioria da receita provém do reembolso de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), relativo à aquisição de material militar, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 113/90, de 05 de abril, representando 70,29% no total do capítulo, do quais, 6.562.484,08 € correspondem a IVA recuperado da atividade corrente e 2.774.120,40 € correspondem a IVA recuperado no âmbito da execução da Lei de Programação Militar (LPM).

- c. Ao total da receita acrescem 21.711.693,71 € relativos à transição de saldos de 2016 da LPM.

No que respeita à estrutura da despesa pode observar-se através do quadro seguinte que o valor global da despesa de 2017, com recurso às Receitas de Fundos Próprios, ascendeu a 348.027.455,53 €.

Quadro n.º 9 - Estrutura da Despesa 2017							
Despesas Orçamentais						U.M.: Euro	
Correntes:			Capital:				
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%		
0101	Remunerações Certas e Permanentes	135.183.081,54	47,32%	07	Aquisição de Bens de Capital	9.739.878,72	100,00%
0102	Abonos Variáveis ou Eventuais	8.864.013,29	3,10%				
0103	Segurança Social	77.363.580,07	27,08%				
0201	Aquisição de Bens	24.816.073,92	8,69%				
0202	Aquisição de Serviços	38.803.202,35	13,58%				
0400	Transferências Correntes	37.052,73	0,01%				
0602	Outras Despesas Correntes	626.929,37	0,22%				
			100,00%				100,00%
Total Despesas Correntes		285.693.933,27	82,09%	Total Despesas Capital		9.739.878,72	2,80%

Despesas com Compensação em Receita Própria							
						U.M.: Euro	
Correntes:			Capital:				
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%		
0101	Remunerações Certas e Permanentes	30.000,00	0,07%	07	Aquisição de Bens de Capital	11.393.683,79	100,00%
0102	Abonos Variáveis ou Eventuais	1.925.052,14	4,67%				
0103	Segurança Social	-	0,00%				
0201	Aquisição de Bens	20.686.821,34	50,21%				
0202	Aquisição de Serviços	18.278.289,79	44,36%				
0400	Transferências Correntes	14.825,68	0,04%				
0602	Outras Despesas Correntes	264.970,80	0,64%				
			100,00%				100,00%
Total Despesas Correntes		41.199.959,75	11,84%	Total Despesas Capital		11.393.683,79	3,27%
Total da Despesa de Fundos Próprios =		348.027.455,53 €					

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa

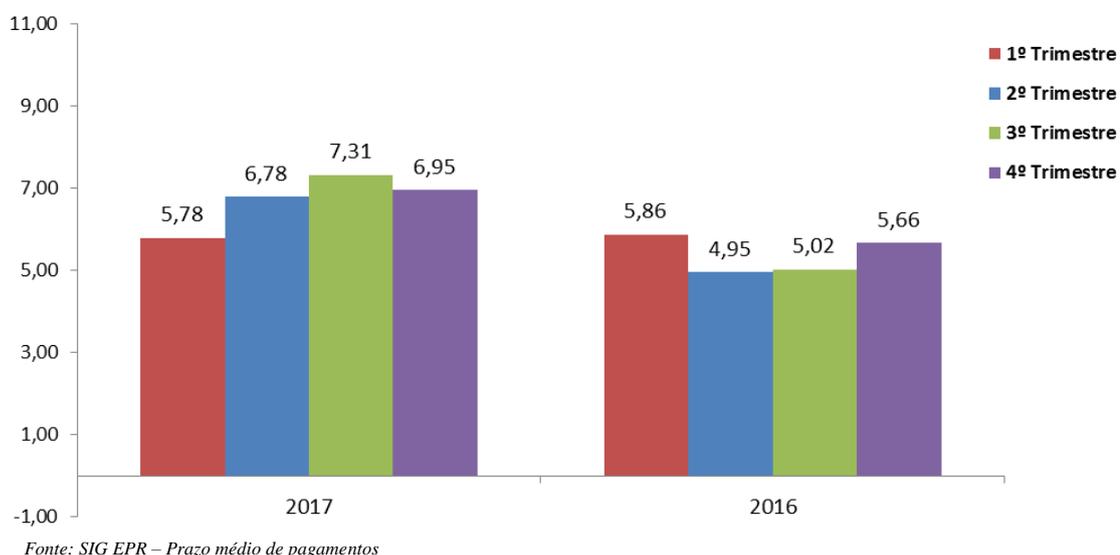
Destacam-se os seguintes aspetos:

- a. Os encargos com pessoal, na sua globalidade, corresponderam a 223.365.727,04 € e as restantes despesas correntes e de capital representaram 124.661.728,49 €;
- b. As aquisições de bens de capital, no montante de 21.133.562,50 €, resultam em grande medida da execução da LPM;

- c. A execução da despesa foi condicionada por uma redução na componente de Receitas Gerais que contribui para o cálculo dos Fundos Disponíveis, no valor de 8.482.518,00 €.

Importa igualmente referir que o prazo médio de pagamentos a fornecedores no ano de 2017 foi de 6,7 dias, considerando a fórmula constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as adaptações introduzidas pelo Despacho do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública n.º 9870/2009, de 13 de abril. Identifica-se uma evolução negativa no prazo médio de pagamentos face a 2016 (5,37 dias). O referido indicador teve a evolução representada no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (n.º. dias) 2017

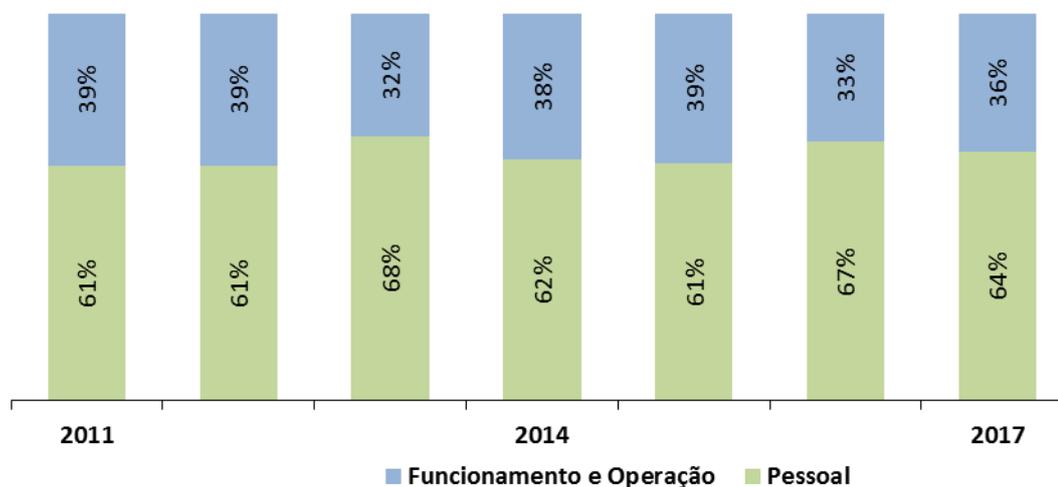


3.2 Execução Orçamental por Fonte de Financiamento

Relativamente à execução orçamental continua a verificar-se a tendência de anos anteriores:

- a. Na despesa efetuada ao Orçamento Global (todas as fontes de financiamento), a componente de despesas com pessoal assume um carácter dominante em detrimento da componente de operação e manutenção, apresentando, no cômputo geral dos encargos, uma percentagem bastante elevada, conforme se pode observar no Gráfico 12. A evolução da despesa no agrupamento de “despesas com o pessoal”, face ao ano anterior, resultou fundamentalmente, da regularização dos encargos relativos a pensões de reforma para a Caixa Geral de Aposentações, libertando orçamento disponível.

Gráfico 12 - Pessoal vs Funcionamento e Operação em 2017



Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

- b. Acresce a esta situação um orçamento inicial fortemente limitado por mecanismos legais, face às reais necessidades da Força Aérea, nomeadamente resultantes da imposição da Reserva Legal, dos Cativos Legais e de posteriores cortes nos Fundos Disponíveis. Tal facto determinou uma execução orçamental irregular, com a definição do cenário orçamental a ser efetuada no mês de dezembro, o que condicionou significativamente o processo de aquisição de bens e serviços, por força dos prazos legais a respeitar neste âmbito. Este aspeto implicou uma alteração ao planeamento inicial, com particular impacto na aquisição de combustível operacional, e levou ao protelamento para anos vindouros de decisões com reflexo direto na atividade da Força Aérea.

A dotação disponível, no final de 2017, resulta de vários fatores, de relevar (Quadro n.º 10):

- a. O trabalho desenvolvido pela Força Aérea em conjunto com a Secretaria-Geral do MDN (entidade coordenadora do programa da Defesa), no sentido de fundamentar a necessidade de ver reforçada a sua dotação inicial, através de processos de reforços, essencialmente para despesas com o pessoal, combustíveis e manutenção de aeronaves;
- b. A participação em missões no âmbito das Forças Nacionais Destacadas;
- c. A continuidade da execução do programa de alienação do Sistema de Armas F-16 à República da Roménia (ALNF16).

Este esforço comum foi complementado por iniciativas de racionalização e cobrança de receitas, e permitiu, em última análise, a atividade referenciada no capítulo dois.

Quadro 10 - Grau de Execução por Fonte de Financiamento								UM: Euro
Fontes de Financiamento	Orçamento Inicial	Reforços / Créditos Especiais	Orçamento Corrigido	Cativações / Reserva	Redução de Fundos Disponíveis	Dotação Disponível SIG	Montante Executado	Grau de Execução
Receitas Gerais	255.192.742	5.122.036	260.314.778		6.068.293	254.246.485	253.797.450	99,82%
Receitas Consignadas	38.000.000		38.000.000			27.764.565	27.753.129	99,96%
F.N.D. - Receitas Gerais		13.842.558	13.842.558			13.842.558	13.761.916	99,42%
L.P.M. - Receitas Gerais	25.020.000	4.500.000	29.520.000	58.908	2.390.447	27.070.645	27.023.225	99,82%
L.P.M. - Receitas Próprias	2.700.000	30.254.005	32.954.005			32.954.005	19.357.207	58,74%
L.P.M. - Receitas Consignadas	6.550.000	87.624	6.637.624			6.637.624	5.306.367	79,94%
L.I.M. - Receitas Consignadas*	3.939.500	3.183.471	7.122.971			3.183.471	52.092	1,64%
P.I.D.DA.C.	1.000.000		1.000.000	125.000	23.778	851.222	851.221	100,00%
CO-FINANCIAMENTO	172.014	4.050.678	4.222.692			200.811	124.849	62,17%
TOTAL	332.574.256	61.040.372	393.614.628	183.908	8.482.518	366.751.386	348.027.456	94,89%

Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

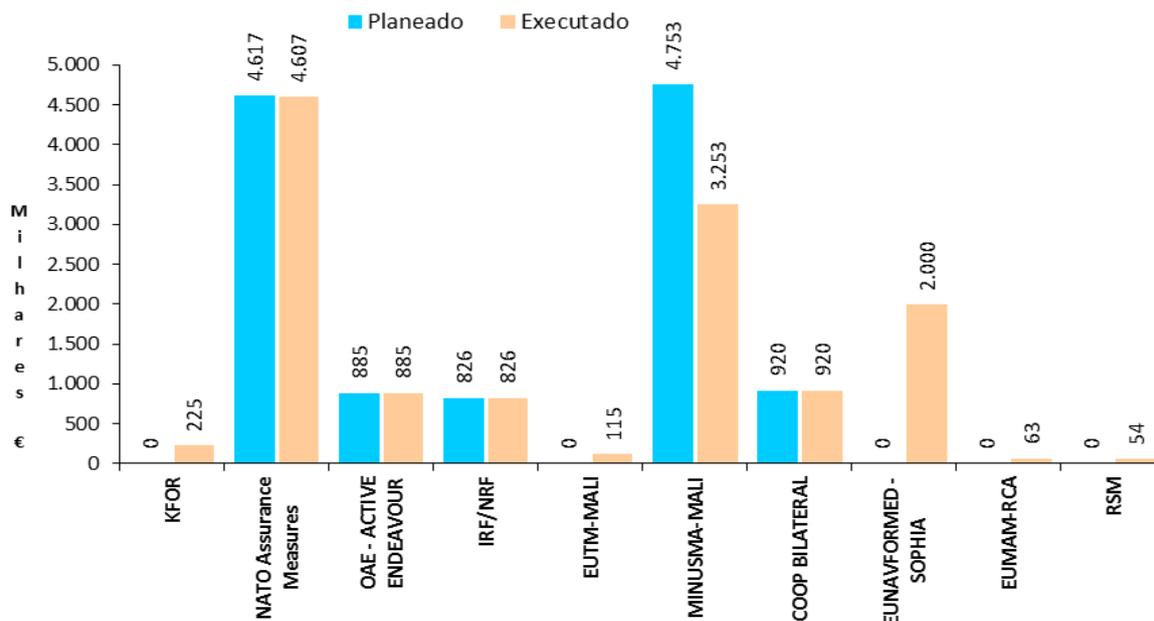
* A Dotação Disponível na LIM (Lei de Infraestruturas Militares) inclui 3.939.500,00 €, de receita não cobrada.

3.3 Execução das missões com Forças Nacionais Destacadas

A participação da Força Aérea nas Missões Humanitárias e de Paz é um relevante contributo para a afirmação da política externa de Portugal, no quadro dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português. Não obstante, envolve elevados recursos, cujo financiamento importa assegurar junto do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), a fim de cumprir com os requisitos inerentes a cada missão das Forças Nacionais Destacadas (FND's).

A projeção das forças representou em 2017 uma despesa de 13.761.916 €, o que correspondeu a um acréscimo de 3,35 % face à despesa efetuada no ano de 2016. Este acréscimo prende-se com o enquadramento das missões atribuídas. A execução do orçamento das FND's foi superior à dotação inicialmente planeada. O Gráfico 13 discrimina a execução orçamental das FND's em 2017.

Gráfico 13 - Execução Orçamental das FND's em 2017



Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

3.4 Execução do Plano Plurianual de Investimentos

3.4.1 LPM

De acordo com o Quadro n.º 11, a dotação corrigida da LPM em 2017 ascendeu a 72.973.797,00€, de que resultou uma execução financeira 41.995.369,02€. A programação financeira das Capacidades descritas foi concretizada conforme discriminado no quadro abaixo, o qual apresenta as dotações orçamentais, alterações e respetiva execução por Capacidade no ano de 2017, bem como o saldo passível de transitar para 2018.

Quadro nº 11 - Execução da LPM por Capacidade											UM: Euro	
Capacidade	Saldo de 2016	Orçamento para 2017			Dotação Corrigida	Execução *		Saldo execução orçamental	Corte fundos disponíveis	Saldo não transitável	Outras situações **	Saldo para 2018
		Inicial	Cativação	Alterações orçamentais		Montante	%					
Capacidade de Comando e Controlo	2.431.604,53	3.580.000,00	58.908,00	-1.005.520,53	4.947.176,00	1.676.590,77	34%	3.270.585,23	578.368,38	47.121,21		2.645.095,64
Capacidade de Vigilância, Detecção, Identificação e Intervenção no Espaço Aéreo	0,00	1.100.000,00		-500.000,00	600.000,00	581.499,46	97%	18.500,54	0,54			18.500,00
Capacidade de Luta Aérea Ofensiva e Defensiva	13.068.980,67	14.730.000,00		7.695.148,33	35.494.129,00	23.444.894,52	66%	12.049.234,48	513.856,80		2.635.456,48	14.170.834,16
Capacidade de Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento (VRP) Terrestre e Marítimo	961.973,60	2.000.000,00		-1.170.000,60	1.791.973,00	445.857,02	25%	1.346.115,98	765.782,86			580.333,12
Capacidade de Transporte Aéreo Estratégico, Tático e Especial	390.312,18	7.610.000,00		8.543.757,82	16.544.070,00	9.103.885,11	55%	7.440.184,89	15.427,83		71.999,65	7.496.756,71
Capacidade de Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação (PPOS) da Força	2.857.391,22	2.000.000,00		2.260.000,78	7.117.392,00	5.574.582,45	78%	1.542.809,55	393.400,04			1.149.409,51
Capacidade de Instrução de Pilotagem e Navegação Aérea	1.460.000,00	250.000,00		3.290.000,00	5.000.000,00	0,00	0%	5.000.000,00				5.000.000,00
Capacidade de Apoio ao Desenvolvimento	112.921,45	0,00		87.623,55	200.545,00	61.490,71	31%	139.054,29				139.054,29
Capacidade de Reservas de Guerra	428.510,06	3.000.000,00		-2.149.998,06	1.278.512,00	1.106.568,98	87%	171.943,02	123.610,63			48.332,39
Total	21.711.693,71	34.270.000,00	58.908,00	17.051.011,29	72.973.797,00	41.995.369,02	58%	30.978.427,98	2.390.447,08	47.121,21	2.707.456,13	31.248.315,82

Fonte: DIVPLAN

* O Montante executado não inclui o montante pago de €9.691.429,73 em Guias de Reposição Não Abatidas nos Pagamentos decorrente do procedimento que possibilita a transição do saldo de Receitas Gerais.

** Verbas recebidas ainda em 2017, cujo reconhecimento e pedido de abertura de crédito especial, para utilização em despesa, ocorreu no início de 2018.

No respeitante à execução dos Subprojectos necessários à edificação dos Projetos e Capacidades da Força Aérea, ressalve-se que a LPM não é, na sua essência, um orçamento de funcionamento, pelo que as respetivas taxas de execução não deverão ser comparadas com as de orçamentos daquela natureza.

A execução da LPM em 2017 foi influenciada da seguinte forma e com os seguintes impactos:

- a. Não obstante ter-se verificado uma cativação legal por força do normativo da Lei do Orçamento do Estado para 2017, materializada em 58.908,00€, é possível considerar que a exclusão de cativações legais das dotações da LPM funciona como um fator de estabilidade no processo de execução orçamental;
- b. Contudo, as restrições verificadas de Fundos Disponíveis, com especial incidência no final do ano, trouxeram uma grande instabilidade e riscos à execução, que já de si se reveste de alguma complexidade e morosidade. Concretamente, as restrições de Fundos Disponíveis que incidiram sobre a fonte de financiamento de receitas gerais, levaram ao adiamento da assunção de compromissos (adjudicação), atrasando o início e respetiva conclusão de diversos processos aquisitivos, e que no final do ano resultaram num corte efetivo nas dotações da LPM no montante de 2.390.447,08 € (i.e. este montante não foi executado e não transita em saldo);
- c. Atenta a morosidade na disponibilização das verbas relativas à transição dos saldos de 2016, cuja autorização só ocorreu no decorrer do 2º trimestre, verificou-se que alguns dos processos aquisitivos, iniciados com essas verbas, não se concluíram durante 2017, transitando a sua execução para o ano económico de 2018, em especial nos subprojetos da Capacidade Comando e Controlo e da Capacidade Luta Aérea Ofensiva e Defensiva;
- d. Não foi executada deliberadamente uma dotação de 5.000.000,00 €, destinada ao programa de substituição dos helicópteros AL-III, em cumprimento do despacho de S. Ex^a. o Ministro da Defesa Nacional, de 15 de novembro de 2016, e cujo contrato de aquisição já foi submetido a visto prévio junto do Tribunal de Contas no final de 2017;
- e. Prazos de entrega e de execução longos, das aquisições no âmbito do Programa de Alienação de 12 F-16 à República da Roménia (saldo de 11.414.807,27 €), verificando-se que alguns dos processos em curso não se concluíram, entre os quais a atualização dos três aviões F-16, cedidos a Portugal na condição *Excess Defense Articles*, a decorrer

nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, bem como processos que estão a decorrer referentes aos adicionais aos contratos firmados em dezembro de 2016 e dezembro de 2017;

- f. Saldos dos projetos de Regeneração de Potencial e de Modernização do C-130H, incluindo as verbas já recebidas de Cofinanciamento Europeu no âmbito do SESAR, cujas transferências para a Força Aérea, efetuadas de acordo com o Despacho 46/MDN/2017, só ocorreram no último trimestre, empurrando os correspondentes processos aquisitivos para o 2018.

Ainda no que concerne à taxa de execução financeira das dotações da LPM atribuídas à Força Aérea, outro aspeto a ter em conta foi o recurso ao mecanismo legal POTF (Preparação, Operações e Treino de Forças) previsto em sede da Lei do Orçamento do Estado. Ponderado o impacto de transferir verbas de investimento para funcionamento, atentas as necessidades prementes sentidas no financiamento do RE, foi submetido à Tutela um pedido de transferência de 3.000.000,00€. Em Novembro de 2017 este processo reuniu os despachos autorizadores necessários (Finanças e Defesa Nacional), contudo condicionado à utilização exclusiva para aquisição de combustíveis. Ressalve-se que a execução em despesa do “POTF” se encontra refletida na respetiva execução financeira das capacidades que o financiaram, consumindo praticamente na íntegra a dotação aprovada.

3.4.2 Lei das Infraestruturas Militares

A Lei das Infraestruturas Militares (LIM) estabelece a programação do investimento destinada à conservação, manutenção, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças, bem como a aplicação dos resultados obtidos com a rentabilização dos imóveis afetos à Defesa Nacional nas medidas e projetos previstos.

Em Setembro de 2017 foi recebida através dos Serviços Centrais do MDN a verba de 3.183.471,00 €, que permitiu financiar remodelação de alojamentos, construção de cozinhas e refeitórios e a recuperação de edifícios em diversas unidades da Força Aérea.

Contudo, apenas foi possível iniciar a tramitação de despesa relativa à dotação recebida após a data indicada, pelo que a execução financeira da LIM em 2017 apenas totalizou 52.091,51 €, correspondente a 1,64% do montante recebido através de receitas consignadas. Esta despesa é respeitante ao valor adjudicado em 2017, de processos aquisitivos plurianuais. A dotação remanescente de 3.131.378,66 € refere-se a processos adjudicados em 2017, cuja despesa só

ocorrerá em 2018, a processos aquisitivos iniciados em 2017 ainda em tramitação, cuja adjudicação está dependente da autorização da transição de saldos e a processos aquisitivos a iniciar em 2018, que aguardam a autorização da transição de saldos.

No Sistema Integrado de Gestão (SIG) consta uma dotação de receitas próprias (Fonte de Financiamento 25.123) que totaliza 3.939.500,00 €. Como não houve arrecadação de receita nesta fonte de financiamento, não foi possível qualquer execução em despesa. Contudo, esta dotação influencia negativamente a execução orçamental da LIM como um todo (Quadro n.º 12).

Quadro n.º 12 - Execução da LIM								UM: Euro
Fontes de Financiamento	Orçamento Inicial	Transição de Saldos	Reforços / Créditos Especiais	Orçamento Corrigido	Cativos internos	Orçamento Disponível	Montante Executado	Grau de Execução
LIM Receitas Próprias *	3.939.500,00			3.939.500,00		3.939.500,00		0,00%
LIM Receitas Consignadas			3.183.471,00	3.183.471,00	0,83	3.183.470,17	52.091,51	1,64%
Total	3.939.500,00	0,00	3.183.471,00	7.122.971,00	0,83	7.122.970,17	52.091,51	0,73%

Fonte: Divisão de Planeamento do EMFA

* Não foi arrecadada receita que permitisse executar em despesa o orçamento atribuído

3.4.3 Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

No ano de 2017 deu-se seguimento ao programa de modernização do CFMTFA, iniciado em 2011, tendo-se executado 851.221 €. Importa referir que a dotação total atribuída foi de 1.000.000,00 € e ficou sujeita a uma cativação de 12,5%, a que correspondeu o montante de 125.000 €. O Quadro n.º 13 apresenta a evolução da execução do orçamento do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) de 2010 a 2017.

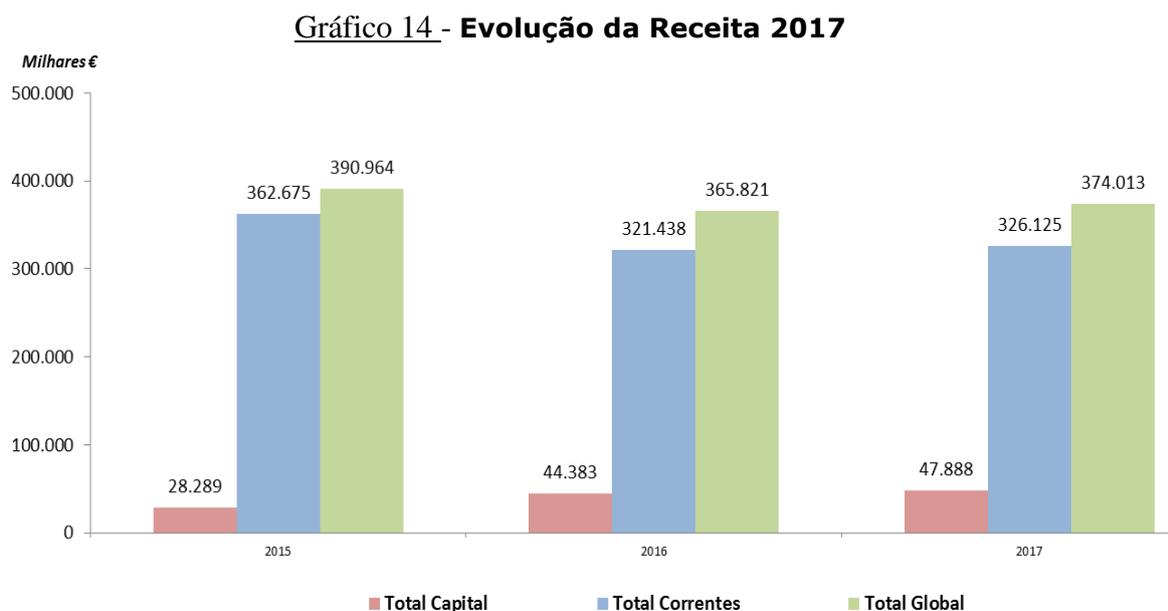
Quadro n.º 13 - Execução do Orçamento PIDDAC 2017									UM: Euro
Período	2010	2011*	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Orçamento Inicial	2.000.000	375.000	1.500.000	1.462.500	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	10.962.500
Cativações	400.000	0	187.500	187.500	125.000	125.000	125.000	125.000	1.275.000
Orçamento Disponível	1.600.000	375.000	1.312.500	1.275.000	875.000	875.000	875.000	875.000	8.062.500
Despesa Total	1.599.183	374.933	899.179	1.196.941	874.966	873.110	874.989	851.221	7.544.522

Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

* O Orçamento Inicial era de 2.000.000 €, contudo por Despacho do Ministro das Finanças passou para 375.000 €.

3.5 Evolução da Receita e da Despesa

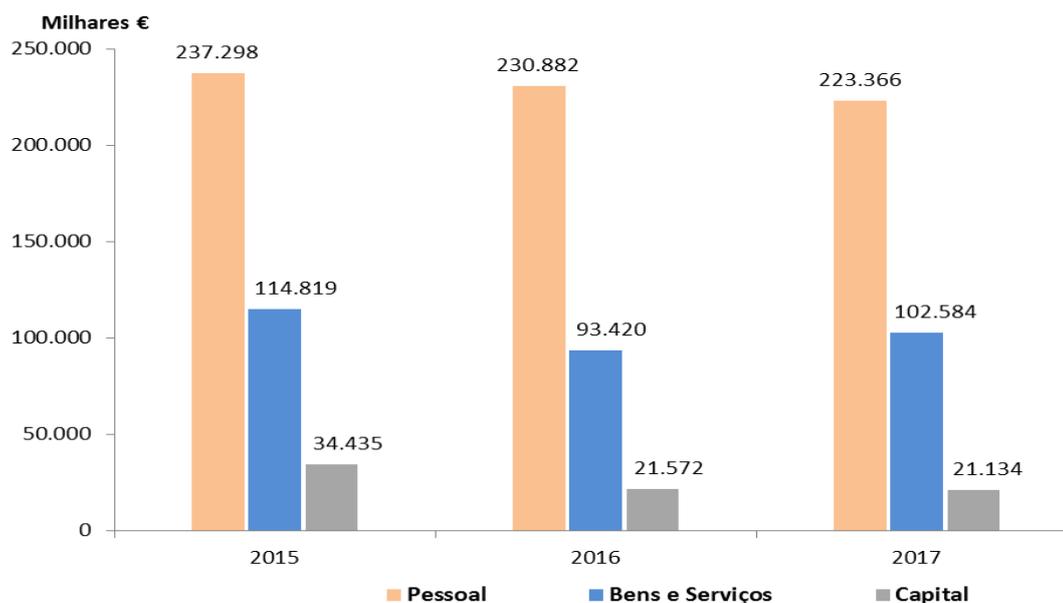
Analisando a evolução da receita nos últimos três anos, Gráfico 14, em termos globais houve um aumento no valor total das receitas, sendo que o maior acréscimo se verificou nas receitas correntes, contudo também existiu um aumento no âmbito das receitas de capital, face a 2016:



Fonte: Mapa da Fluxos de Caixa

Quanto à evolução da despesa, apresentada no Gráfico 15, conclui-se que, de certa forma, esta acompanha a evolução da receita, sendo condicionada por fatores exógenos, nomeadamente cativações legais e reduções na componente de receitas gerais que contribui para o cálculo dos Fundos Disponíveis, decorrentes da necessidade do cumprimento de metas orçamentais que resultam de compromissos assumidos internacionalmente por Portugal. Este aspeto, a acrescer à atribuição de *plafonds* orçamentais que não permitem financiar integralmente as necessidades da Força Aérea, tem condicionado fortemente o financiamento do RE da Atividade Aérea, a manutenção de infraestruturas e a substituição de viaturas e equipamentos. Em 2017, concretamente, verificou-se uma transferência do montante despendido com Pessoal para Bens e Serviços face a 2016, sendo que o nível de investimento, de um modo geral, se manteve.

Gráfico 15 - Evolução da Despesa Orçamental 2017



Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

3.5.1 Indicadores Orçamentais

A criação de indicadores de desempenho orçamental, através da análise à composição da despesa e nível de execução orçamental, contribui para o processo de melhoria contínua, introduzindo correções ao nível da gestão dos recursos.

Quadro n.º 14 - Indicadores de Execução Orçamental 2017		%
Peso das Receitas Próprias nas Receitas Totais	(Receitas Próprias/ Receitas Totais)	21%
Peso das Despesas com Pessoal na Despesa Total	(Despesas Pessoal/Despesa Total)	64%
Peso da Aquisição Bens e Serviços na Despesa Total	(Aquisição Bens e Serviços/Despesa Total)	30%
Peso da aquisição de bens de Capital na Despesa Total	(Bens de Capital/Despesa Total)	6%
Nível de Despesa sobre o Total da Receita	(Despesa Total/Receita Total)	93%

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa

Dos resultados obtidos, destacam-se os seguintes aspetos, apresentados no Quadro n.º 14:

- Do total das verbas apresentadas, 21% são provenientes de receitas próprias geradas e 79% são provenientes das dotações orçamentais inscritas no projeto orçamental da Força Aérea para 2017;
- Da globalidade da despesa, 64% diz respeito ao agrupamento de “despesas com o pessoal”, 30% a aquisição de bens e serviços, e 6% ao investimento.

4. Análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Tendo em consideração os mapas resumo do balanço e demonstração de resultados, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, procedeu-se a uma análise da situação económico-financeira da Força Aérea.

4.1 Análise da Situação Patrimonial – Balanço

Quadro n.º 15 - BALANÇO 2017						<i>UM: Euro</i>
ACTIVO		2017	%	TAV	2016	%
Imobilizado		9.067.572.291	98,91%	-0,59%	9.121.526.650	99,22%
	Bens de Domínio Público	8.880.847.744	96,87%	-0,64%	8.938.205.748	97,23%
	Imobilizações Incorpóreas	3.223.048	0,04%	20,32%	2.678.711	0,03%
	Imobilizações Corpóreas	183.501.498	2,00%	1,58%	180.642.191	1,96%
	Investimentos Financeiros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%
Circulante		100.028.724	1,09%	39,76%	71.572.604	0,78%
	Existências	33.504.674	0,37%	-3,12%	34.583.953	0,38%
	Dividas Terceiros M/L Prazo	0	0,00%	0,00%	0	0,00%
	Dividas Terceiros C/Prazo	38.309.808	0,42%	37,02%	27.959.920	0,30%
	Conta no Tesouro, Inst. Financeiras e Caixa	28.214.242	0,31%	212,49%	9.028.731	0,10%
Total do Ativo Bruto		9.167.601.014	100,00%	-0,28%	9.193.099.254	100,00%
Total Amortizações		2.861.160.613		6,71%	2.681.230.243	
Total Provisões		1.233.764		-20,74%	1.556.624	
Total do Ativo Líquido		6.305.206.637		-3,15%	6.510.312.387	
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO						
		2017	%	TAV	2016	%
Fundos Próprios						
	Património	3.289.279.851	52,17%	0,00%	3.289.279.851	50,52%
	Subsídios	1.230	0,00%	0,00%	1.230	0,00%
	Doações	11.710.421	0,19%	0,00%	11.710.421	0,18%
	Resultados Transitados	87.405.832	1,39%	3,83%	84.184.465	1,29%
	Resultado Líquido Exercício	14.829.206	0,24%	360,34%	3.221.367	0,05%

Total dos Fundos Próprios	3.403.226.540	53,97%	0,44%	3.388.397.334	52,05%
PASSIVO					
Dividas a Terceiros C/Prazo	28.184.076	0,45%	212,12%	9.029.928	0,14%
Acréscimos e Diferimentos	2.873.796.021	45,58%	-7,68%	3.112.885.125	47,81%
Total do Passivo	2.901.980.097	46,03%	-7,04%	3.121.915.053	47,95%
Total Fundos Próprios e Passivo	6.305.206.637		-3,15%	6.510.312.387	

Fonte: Serviço de Inspeção e Auditoria da Força Aérea

O Balanço de uma entidade reflete a sua posição financeira, designadamente a composição e o valor do seu património.

No Quadro n.º 15 verifica-se que o Ativo Líquido da Força Aérea ascende ao montante de 6.305.206.637 €, apresentando um decréscimo de 3,15% relativamente ao ano transato, que se explica em grande medida pelas amortizações anuais e pela diminuição do Imobilizado – Bens de Domínio Público, referentes à venda das últimas três aeronaves e motores F-16 no âmbito do Programa de Alienação de F-16 à República da Roménia, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2013, no montante de 44.900.107 €. Como informação assessoria, refere-se que o abate de duas aeronaves P-3P, em final de ciclo de vida, no valor de 18.000.000 €, não provocou alterações no Ativo Líquido, por estas já se encontrarem totalmente amortizadas.

Quanto à estrutura patrimonial, realça-se que os “Bens de Domínio Público”, onde se incluem, designadamente, Terrenos (3.328.613.755 €), edifícios (998.647.375 €), “infraestruturas e equipamentos de natureza militar” (2.104.865.742,19 €) e “outras construções e infraestruturas diversas” (2.369.595.760,2 3€), representando 96,87% do total do Ativo Bruto.

Os Fundos Próprios, que representam 53,97% do Total de Fundos Próprios e Passivo, aumentaram em 0,44%, por via do Resultado Líquido do Exercício, relativamente ao ano de 2016.

O total do Ativo Líquido corresponde a 18,1 orçamentos anuais executados. Este indicador ilustra o nível de responsabilidade gestonária atribuído à Força Aérea e a forma como se tem processado a gestão dos recursos públicos colocados sob o seu controlo, mormente a dimensão da incorporação e retenção do valor dos Ativos.

Os proveitos diferidos resultam dos valores obtidos no Orçamento do Estado, aplicados na aquisição de ativos imobilizados amortizáveis, e serão reconhecidos como proveitos, de acordo com a depreciação dos ativos cuja aquisição financiaram.

4.2 Análise das Contas de Exploração – Demonstração de Resultados

Quadro n.º 16 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2017						UM: Euro
CUSTOS E PERDAS		2017	%	TAV	2016	%
	Custo Merc. Vendidas Mat. Consumidas	4.919.889	0,83%	-45,55%	9.036.389	1,36%
	Fornecimentos e Serviços Externos	97.820.286	16,55%	6,28%	92.039.327	13,81%
	Custos com o Pessoal	224.175.329	37,94%	-9,19%	231.056.943	34,66%
	Transf. Corr. Cont. Prestações Sociais	30	0,00%	0,00%	0	0,00%
	Amortizações do Exercício	213.090.605	36,06%	4,13%	204.647.528	30,70%
	Provisões do Exercício	56.286	0,01%	-69,88%	186.886	0,03%
	Outros Custos Operacionais	3.096	0,00%	-85,22%	20.943	0,00%
CUSTOS OPERACIONAIS		540.065.520	91,39%	0,57%	536.988.017	80,56%
Custos e Perdas Financeiras		73.908	0,01%	-68,67%	235.918	0,04%
Custos e Perdas Extraordinárias		50.782.017	8,59%	-60,74%	129.348.109	19,40%
TOTAL DOS CUSTOS		576.579.445	100%	-13,50%	666.572.044	100%
PROVEITOS E GANHOS		2017	%	TAV	2016	%
	Vendas e Prestações de Serviços	210.902	0,03%	24,46%	169.453	0,03%
	Impostos Taxas e outros	7.949.185	1,31%	-9,00%	8.735.735	1,30%
	Trabalhos para a própria entidade	2.047.180	0,34%	-1,06%	2.069.171	0,31%
	Proveitos Suplementares	53.920.813	8,90%	-11,89%	61.194.568	9,14%
	Transferências Tesouro	285.430.977	47,12%	1,10%	282.329.007	42,15%
	Outras	12.562.480	2,07%	-24,96%	16.740.657	2,50%
	Outros proveitos e ganhos operacionais	2.475	0,00%			
PROVEITOS OPERACIONAIS		362.124.013	59,78%	-2,46%	371.238.591	55,43%
Proveitos e Ganhos Financeiros		278.347	0,05%	17,83%	236.220	0,04%
Proveitos e Ganhos Extraordinários		243.348.291	40,17%	-18,43%	298.318.601	44,54%
TOTAL DOS PROVEITOS		605.750.651	100%	-9,56%	669.793.411	100%
RESUMO:		2017			2016	
	Resultados Operacionais	-177.941.507			-165.749.426	
	Resultados Financeiros	204.439			302	
	Resultados Correntes	-177.737.068			-165.749.124	
	Resultados Extraordinários	192.566.274			168.970.491	
	Resultado Líquido do Exercício	14.829.206			3.221.367	

Fonte: Serviço de Inspeção e Auditoria da Força Aérea

A Demonstração de Resultados apresenta os Custos e os Proveitos classificados por natureza, refletindo assim o desempenho económico da Organização.

No Quadro n.º 16 verifica-se que os Custos Totais são constituídos maioritariamente por Custos Operacionais. Estes, por sua vez, são representados em grande parte pelos custos desembolsáveis, nomeadamente Custos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos

(59,62%), bem como custos que não implicam o desembolso de meios monetários e seus equivalentes, como é o caso das Amortizações (39,46%).

A diminuição em 13,50% dos Custos Totais entre o exercício de 2017 e 2016 é bastante influenciada pelos Custos e Perdas Extraordinárias. Em 2017, devido à fase do Programa de Alienação de F-16 à República da Roménia, foram abatidas 3 aeronaves F-16, conforme referido no parágrafo anterior, por comparação com o abate de 9 aeronaves no ano transato (122.615.695 €).

As transferências do Tesouro, por conta das dotações orçamentais atribuídas, bem como as Receitas Consignadas, constituem grande parte dos Proveitos Operacionais, que conjuntamente com os Proveitos e Ganhos Extraordinários totalizam 99,95% dos Proveitos Totais.

A diminuição em 9,56% dos Proveitos Totais entre o exercício de 2017 e 2016 ficou a dever-se, em grande medida, à redução dos Proveitos e Ganhos Extraordinários, refletindo as vendas das aeronaves referidas anteriormente.

A diferença entre os Proveitos Totais e os Custos Totais originou um Resultado Líquido de 14.829.206 € no exercício de 2017. Este é justificado, em grande parte, pelos proveitos diferidos e por uma fatura emitida referente ao aditamento n.º14, ambos no âmbito do Programa de Alienação de F-16, e por uma parte do saldo que passa para a gerência seguinte de Receita Própria na posse do Tesouro.

4.2.1 Indicadores Financeiros

O processo escolhido para apurar o desempenho económico e financeiro da Força Aérea assentou no método dos rácios, uma técnica bastante usada na análise económico-financeira, que consiste em estabelecer relações entre as contas do Balanço e da Demonstração de Resultados. Este instrumento de apoio sintetiza a informação obtida das peças contabilísticas.

A Força Aérea, como Serviço Integrado da Administração Pública, cumpre com os princípios da legalidade e regularidade financeira. Nesta consonância, o equilíbrio financeiro, quer de curto prazo, quer de longo prazo, é extremamente sólido.

A estrutura financeira indica a relação existente entre o Passivo e os Fundos Próprios, *i.e.*, a que resulta da capacidade de se fazer face a compromissos exclusivamente com fundos próprios, que no caso da Força Aérea representa uma relação de 85,27%.

Os índices de Liquidez Geral, associados aos valores do Fundo de Maneio, revelam a capacidade da Força Aérea fazer face aos seus compromissos de curto prazo, apresentando um risco de crédito nulo para os seus credores.

Quadro n.º 17 - Indicadores de Execução Financeira		2016	2017
Estrutura Financeira	Passivo/Fundos Próprios	92,14%	85,27%
Liquidez Geral (%)	Ativo Circulante/Passivo Curto Prazo	792,62%	354,91%
Fundo de Maneio (€)	Ativo Circulante - Dívidas Curto Prazo	€ 62.542.675,72	€ 71.844.647,81

Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

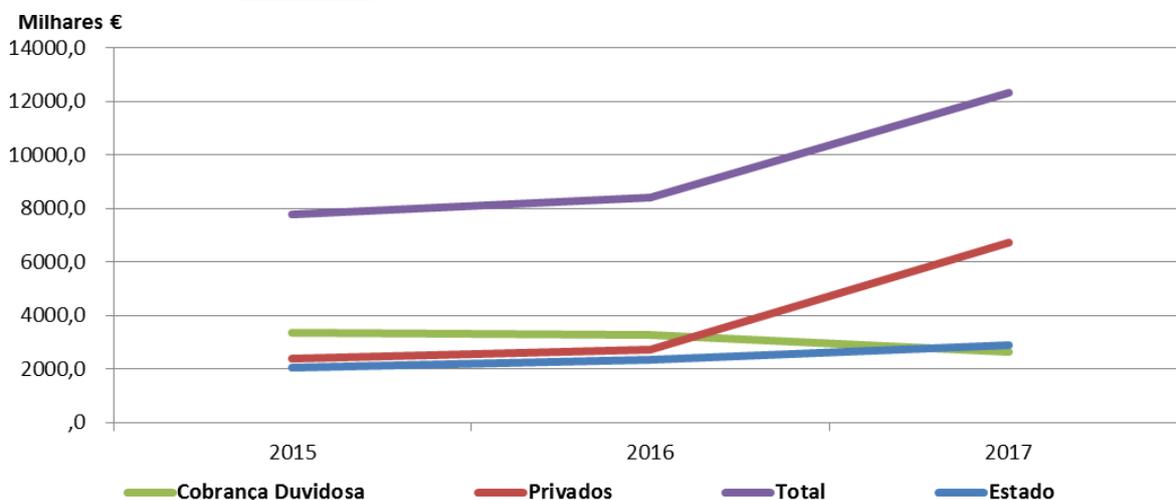
4.3 Evolução das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

A Força Aérea presta, no âmbito da sua atividade, serviços a diversas entidades públicas e privadas, pelas quais realiza receita. No Gráfico 16 pode observar-se a evolução das dívidas de clientes, por entidades públicas ou privadas, nos últimos três anos.

Com base na análise do Gráfico 16, destaca-se o aumento das dívidas dos clientes privados. Este aumento deve-se à fatura emitida em dezembro de 2017 referente ao aditamento n.º 14 no âmbito do Programa de Alienação de F-16, conforme referido no parágrafo anterior.

O Memorando n.º 01/2017, de 14 de março, da Direção de Finanças da Força Aérea, qualificou como Entidades Públicas os Hospitais E.P.E. (Entidades Públicas Empresariais) com base na prestação de serviços de interesse público, o que originou uma diminuição das dívidas dos clientes classificados em cobrança duvidosa e, conseqüentemente, um aumento das dívidas da entidade Estado.

Gráfico 16 - Síntese das Dívidas de Clientes 2017



Fonte: Serviço Administrativo e Financeiro

4.4 Informação sobre publicidade institucional

Na prossecução dos objetivos tendentes ao cumprimento da missão que lhe está atribuída, a Força Aérea executou, no ano de 2017, na rubrica com a classificação económica 02.02.17, ações de publicidade no valor de 90.083,55€ €, distribuídas pelas seguintes categorias de despesa:

- a) Cumprimento das obrigações de publicitação previstas na lei, nomeadamente em Diário da República (60,65%);
- b) Publicidade institucional do Estado através da aquisição de espaços publicitários em órgãos de comunicação social generalistas ou locais (7,02%);
- c) Aquisição de materiais publicitários e folhetos informativos no âmbito das diversas atividades da Força Aérea (32,33%).

5 Perspetiva futura

5.1 Objetivos de Gestão

No que diz respeito à atividade futura da Força Aérea, à semelhança dos anos anteriores, é expetável que se mantenha uma postura de contenção na gestão dos recursos disponíveis. Apesar de todos os constrangimentos existentes e previstos para o futuro, é fundamental que a Força Aérea continue a manter a capacidade de cumprir, em segurança e com eficácia, as missões atribuídas.

Tendo como desiderato primordial o cumprimento da Missão, é determinante que a estratégia de gestão da Força Aérea seja executada de forma criteriosa e eficiente, garantindo uma utilização otimizada dos recursos disponíveis de acordo com os objetivos de nível estratégico que projetam o caminho a percorrer para a consecução da missão da Força Aérea, visando a obtenção de eficiência e de excelência no desempenho das atividades. Nesse sentido, os OE da Força Aérea definidos no Despacho CEMFA n.º 15/2017, de 24 de fevereiro, para o sexénio 2017-2022, são os seguintes:

- a. OE1 – Dinamizar a edificação, sustentação e evolução das capacidades operacionais, complementares e de apoio logístico, a fim de maximizar a segurança e a eficiência da Componente Aérea do Sistema de Forças;
- b. OE2 – Desenvolver a Força Aérea assente numa gestão de Pessoal sustentável e no desenvolvimento de ações tendentes a envolver e apoiar a Família, que estimule a

cultura, a inovação e a criatividade, melhore a capacidade de recrutamento e seleção e promova a valorização do potencial humano, através duma formação e treino continuados, de qualidade, incentivando o mérito, a motivação e a retenção;

- c. OE3 – Promover a otimização sistémica da Organização, maximizando a *governance*, a sustentabilidade e a eficiente gestão dos recursos, fortalecendo cooperação transversal e valorizando a comunicação e imagem junto da sociedade e dos cidadãos.

Os Objetivos Operacionais, de segundo nível, estão definidos em consonância com os Objetivos Estratégicos através da Diretiva de Planeamento em vigor (Diretiva n.º 04/CEMFA/2017, de 24 de fevereiro), estruturando a forma como se planeia alcançar os resultados pretendidos, devendo ser por isso entendidos como diretores das áreas de atividade. Considerando a lógica de aproximação aos processos e não diretamente às funções dos Órgãos e Serviços da macroestrutura da Força Aérea, encaram-se as atividades, ponderadas de acordo com a Diretiva de Planeamento em vigor, como um conjunto de ações desenvolvidas que têm como finalidade a consecução dos Objetivos Operacionais.

Por forma a orientar e tornar mais tangível a execução das atividades planeadas em 2017 e a utilização dos recursos disponíveis, estão definidos indicadores e metas globais de gestão, em áreas de especial interesse ou impacto no resultado operacional da Força Aérea. Desta forma é possível conferir maior mensurabilidade, objetividade e uniformização ao reporte da execução das atividades planeadas, permitindo assim avaliar os níveis de eficácia, eficiência e qualidade obtidos.

Ao discriminar os objetivos a atingir, os programas a realizar e os recursos a utilizar, será possível avaliar o percurso efetuado, apontar os desvios, aferir os resultados e estruturar informação relevante tendo em vista o aperfeiçoamento do processo. É neste sentido que se enquadra a estratégia da Força Aérea, ao garantir a articulação entre todos os elementos do processo de planeamento e gestão de atividades, com objetivo primordial de cumprir a Missão.

5.2 Pessoal

No âmbito da Reforma da Defesa Nacional, entre setembro de 2012 e 2015, verificou-se na Força Aérea uma redução de cerca de 13,7% do efetivo no ativo, sobretudo ao nível do Regime de Contrato (RC), ficando logo abaixo dos quantitativos a atingir em 2020.

Em 2016, divergindo das metas da Reforma da Defesa Nacional, verificou-se uma redução de cerca 40 efetivos dos Quadros Permanentes, e de 22 efetivos em RC, dentro e fora da Estrutura Orgânica das Forças Armadas.

O Despacho n.º 8462/17, de 13 de setembro, do Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Defesa Nacional, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 187, de 27 de setembro, “Número de vagas para admissão aos cursos de formação para ingresso na categoria de oficiais dos QP, do ano letivo de 2017-2018”, autorizou a admissão de 55 oficiais e de 48 sargentos face aos 60 oficiais e 70 sargentos propostos pela Força Aérea. Esta redução das admissões contribuiu para uma diminuição da capacidade da Força Aérea em garantir os níveis médios de admissões anuais necessários ao suprimento das suas necessidades funcionais, com diversas consequências, destacando-se o seguinte:

- a. A curto prazo, a reposição mais demorada de efetivos apresenta riscos concretos de rutura na continuidade da transmissão de *know-how* nas áreas das operações e da manutenção;
- b. A longo prazo, a desestabilização no cumprimento dos níveis médios de admissões anuais implica uma alimentação desequilibrada da estrutura de efetivos dos QE.

A redução de efetivos que se tem verificado ao longo dos últimos anos tem tido, e continuará a ter, impacto na capacidade operacional. Concomitantemente, em 27 de outubro de 2017, a Resolução do Conselho de Ministros 157-A/2017 atribuiu à Força Aérea o comando e a gestão centralizados dos meios aéreos de combate a incêndios florestais, o que se traduz num “incremento” das atribuições/missões da Força Aérea.

Face ao exposto, a evolução de efetivos descrita entre 2012 e 2017 terá, obrigatoriamente, que ser corrigida no curto prazo, identificando-se as seguintes medidas:

- a. Aumento dos ingressos nos QP, de modo a preconizar uma reposição gradual e sustentada dos efetivos face às necessidades funcionais, que permita evitar situações de rutura no suprimento dos Quadros Especiais, no contexto do ajustamento necessário das existências aos máximos autorizados pela tutela, dentro e fora da estrutura orgânica das Forças Armadas;
- b. Aumento das admissões ao RC, através da gestão do balanço entre as admissões e as saídas estimadas, com base na média da atrição durante o ingresso e a frequência de cursos, pedidos de rescisão de contratos, pedidos de abate aos quadros, passagem às situações de reserva ou reforma.

5.3 Sistemas de Informação

No âmbito da edificação da capacidade de proteção do ciberespaço, a Força Aérea atingiu um marco importante com o término da implementação do *Computer Incident Response Capability* (CIRC), permitindo a declaração da sua capacidade operacional inicial. O reforço de competências do pessoal atribuído à vertente de segurança da informação prosseguiu, através de ações de formação e da participação do Ramo em diversos exercícios conjuntos e combinados. O carácter transversal desta componente conduziu à implementação de módulos de formação dedicados à segurança da informação nos cursos de formação ministrados aquando do ingresso dos militares na Força Aérea.

Acompanhando o processo de transformação no seio da Aliança Atlântica, tendo em vista a garantia de interoperabilidade das capacidades disponibilizadas pelos estados membros para a consecução de missões, a Força Aérea participou ativamente nas atividades da iniciativa *Federated Mission Networking*, lideradas pelo Estado-Maior General das Forças Armadas, dispondo atualmente de um conjunto de ativos capacitados para este efeito.

O desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação de suporte à atividade operacional, nomeadamente os sistemas de gestão operacional e de manutenção de aeronaves, prosseguiu durante o ano de 2017. Em paralelo, durante este ano, intensificaram-se os trabalhos de preparação da integração no SIGDN das componentes de Recursos Humanos e Vencimentos, estimando-se o início da exploração destes módulos em 2019. Pela importância de que se reveste a exploração do SIGDN para o Ramo, foram criados normativos internos de gestão e utilização do sistema, bem como de definição de requisitos, potenciando a agilização do processo de interação com a Secretaria-Geral do MDN.

No âmbito do *Single European Sky ATM Research* (SESAR), a Força Aérea viu aprovada em 2017 uma nova candidatura para execução de um projeto de implementação de uma infraestrutura de rede que permita o acesso a um conjunto de serviços de comunicações, navegação e vigilância para gestão de tráfego aéreo, disponibilizados pelo Eurocontrol. Prosseguiram também outros projetos de modernização das infraestruturas aeronáuticas já em curso.

Ainda no que respeita a infraestruturas de transmissão, foi desenvolvido, em coordenação com o EMGFA, o projeto de reestruturação do anel Sul de comunicações militares.

Na componente tecnológica, a obsolescência do parque informático atualmente em exploração na Força Aérea ditou o início de um processo de renovação de equipamentos, processo este que urgia dada o término do suporte técnico por parte de alguns fabricantes, bem como os problemas emergentes ao nível da segurança da informação processada daí decorrentes.

No que respeita à edificação de capacidades associadas ao Sistema de Defesa Aérea, o projeto de implementação do sistema *Air Command and Control System*, da NATO, prosseguiu no ano de 2017, tendo-se intensificado os trabalhos à medida que se aproxima a fase formal de testes e a aceitação provisória do *site* em Monsanto, estimada para o primeiro trimestre de 2019.

A modernização dos sistemas associados à Defesa Aérea contemplou também diversos projetos relacionados com os sistemas de vigilância e deteção, e com o centro que providencia redundância ao *site* de Monsanto.

5.4 Operação

O emprego operacional da FA resulta da atividade aérea realizada para cumprir as missões que por Lei estão atribuídas à Força Aérea e, simultaneamente, gerar e manter a sua capacidade operacional, quer na dimensão dos recursos materiais quer nos recursos humanos. Este emprego operacional tem sido fortemente condicionado, por um lado, pelo escasso financiamento para a sustentação dos meios aéreos, por outro, pelos recursos humanos que lhe estão afetos, cujas qualificações e proficiência são altamente exigentes, requerendo tempo e experiência para se alcançarem os patamares exigidos.

Para o ano de 2017 foi planeado um incremento do RE a fim de inverter a tendência de descida do ano transato. De facto, verificou-se um aumento do RE para 18.646 HV, com mais 1.824 HV em relação a 2016 (16.822 HV). Todavia este aumento derivou de um forte empenhamento em missões operacionais em detrimento da evolução das qualificações das tripulações, com especial impacto nas Unidades Aéreas com capacidades de Transporte Estratégico e Tático.

Para o incremento do RE assumiu-se de início um risco de subfinanciamento, situação que veio a acontecer. As necessidades identificadas e reportadas não se fizeram acompanhar do correspondente reforço orçamental, pelo que regeneração do potencial de voo das diversas frotas foi significativamente afetado. O impacto negativo na prontidão de aeronaves terá efeitos de forma desfasada no tempo, sendo que a atual baixa de prontidão reflete os efeitos de subfinanciamento dos anos anteriores. Neste sentido, importa, a curto prazo, inverter a situação de subfinanciamento de

forma a reequilibrar o potencial de voo, ao mesmo tempo que se procuram desenvolver ações internas de melhoria da eficiência nos processos.

Neste contexto, existem três medidas consideradas fulcrais e orientadoras para o planeamento operacional da FA. Começando pela sustentabilidade dos meios aéreos, que constituem a capacidade operacional, importa abrandar o ambicionado crescimento para alcançar o nível de ambição definido para a FA. Esta medida, muito condicionada pelo nº de aeronaves prontas, afeta o RE e, conseqüentemente, a diversidade e quantidade de missões que poderão ser cumpridas.

Outra medida a garantir e decorrente do anterior, refere-se à qualificação de novos pilotos e treino de proficiência de tripulações, como pilar estruturante das capacidades operacionais. Esta medida implica manter um rácio equilibrado entre as missões operacionais e a evolução das qualificações, limitando o empenhamento missões operacionais que, por análise de risco, criem menos impacto negativo, quer no posicionamento interno como externo da organização.

Por fim, e com o término da vigência do plano de contingência (2012-2018), importa analisar a execução das medidas preconizadas nesse plano e os respetivos desvios identificados, de forma a alimentar uma renovada reflexão interna e a redefinição de uma estratégia para enfrentar os desafios que se antecipam. Sendo certo um cenário de mudança, espera-se construir um plano estruturado e alinhado com o Conceito Estratégico Militar, mas sempre condicionado à necessária sustentabilidade a médio e longo prazo.

Como fatores de incerteza a considerar, no contexto nacional, assinala-se a adaptação do dispositivo territorial, como resultado da expansão do aeroporto de Lisboa para a BA6, bem como a adaptação do dispositivo de forças, com o *phase-out* do A-Jet e AL-III, bem como incorporação de novos meios como o AW119 e KC-390. De igual modo, a FA vê a sua missão e responsabilidades aumentarem no âmbito do Combate aos Incêndios Florestais.

Num contexto internacional, verifica-se uma tendência crescente de empenhamento operacional no âmbito dos compromissos assumidos, quer em missões de natureza intrinsecamente militar quer em missões de interesse público e de apoio a calamidades e cuja participação garante um posicionamento externo credível do nosso País.

5.5 Capacidades Militares

Atento o processo de reforma da Defesa Nacional e das Forças Armadas – “Reforma 2020” – iniciado em 2013, procedeu-se à reformulação dos documentos estratégicos militares, pelo que em 2014 foram aprovados o Conceito Estratégico Militar, as Missões das Forças Armadas, o Sistema de Forças e o Dispositivo de Forças. Em 2014 iniciaram-se igualmente os trabalhos de revisão da LPM que regula o investimento na edificação de capacidades militares, que foi aprovada em 2015 com a entrada em vigor em 18 de maio da Lei Orgânica n.º 7/2015.

Neste contexto, o planeamento da Força Aérea assenta no modelo baseado em “Capacidades”, definido no Sistema de Forças (SF) e está de acordo com orientações específicas no âmbito do planeamento de defesa da OTAN e da UE, permitindo cumprir as suas missões conjuntas e específicas atribuídas, bem como assegurar uma adequada resposta aos novos desafios, numa ótica de incremento da sua eficácia operacional.

Porém, as forças e meios constantes das capacidades da Força Aérea apresentam necessidades de financiamento substanciais para aquisição, modernização e substituição, não esquecendo as ações de sustentação e regeneração de potencial dos meios existentes. Este financiamento tem também origem na programação financeira prevista em sede de LPM.

Considerando a necessidade de assegurar o aumento do empenhamento operacional coincidente com o nível de ambição estabelecido politicamente e com os compromissos assumidos a nível nacional e internacional, mantendo um grau adequado de edificação do previsto no Sistema de Forças, a Força Aérea deverá consolidar, preservar e continuar a edificar as capacidades militares abaixo descritas:

1. **Comando e Controlo Aéreo (CA1):** Potenciar a capacidade de Comando e Controlo (C2) por parte da estrutura do Comando Aéreo – na forma, no tempo e no local adequado – que permita a utilização, a operação e a exploração dos seus meios, implementando e mantendo um sistema de C2 aéreo permanente (24/7) cobrindo todo o espaço de soberania e sob responsabilidade e jurisdição nacional, assegurando conectividade para operações conjuntas/combinadas e com a OTAN e a EU. Pretende-se igualmente dotar a Força Aérea com Sistemas de Comunicações e de Informação (CIS), interoperáveis e com capacidade de interação em rede (incluindo *Network Centric Warfare*), assegurando a ligação entre as redes CIS da Força Aérea, as estruturas congéneres nacionais e das organizações de segurança e de defesa que Portugal integra.

2. **Vigilância, Detecção, Identificação e Intervenção no Espaço Aéreo (CA2):** Implementar e manter um sistema de Vigilância, Detecção e Identificação (VDI) permanente (24/7) em todo o território nacional, abrangendo na máxima extensão possível o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP), devidamente integrado com o Sistema Integrado de Defesa Aérea da OTAN (NATINAMDS: *NATO Integrated Air and Missile Defence System*) e com meios de *quick reaction alert-interceptor* (QRA-I). O sistema VDI visa permitir detetar, identificar, seguir os movimentos de aeronaves e mísseis, tanto amigos como de potenciais adversários, através da observação permanente do espaço aéreo por meios eletrónicos, assim como informar, controlar e apoiar o tráfego aéreo militar e civil no espaço aéreo sob responsabilidade nacional, garantindo a sua segurança e um fluxo ordenado e expedito.
3. **Luta Aérea Ofensiva e Defensiva (CA3) e Luta Ar-Solo/Superfície (CA4):** Manter em permanente prontidão nacional e atribuição à OTAN e à EU de uma força de aeronaves de combate, incluindo a sua projeção e sustentação de operações a nível nacional ou internacional, com a finalidade de neutralizar e retardar o potencial militar aéreo do inimigo: quer através de ações de luta aérea ofensiva e defensiva (incluindo policiamento aéreo); quer através de ações de interdição aérea ou apoio aéreo próximo às forças terrestres, bem como, em operações aéreas conduzidas em ambiente aeronaval, visando detetar, vigiar, neutralizar e destruir o poder naval adversário.
4. **Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento Terrestre e Marítimo (CA5):** Implementar e manter um sistema de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento (VRP) integrado, orientado para o espaço de soberania e de responsabilidade e jurisdição nacional e empregar sistemática e persistentemente, nestas áreas, meios aéreos de VRP, mantendo em permanente prontidão e atribuição à OTAN e à UE meios aéreos dedicados a *joint intelligence, surveillance and reconnaissance* (JISR) e a patrulhamento marítimo (MPA), com capacidade de projeção e de sustentação de operações a nível nacional e internacional. O sistema VRP visa também:
- a. recolher e disseminar dados em tempo real e obter informações, sobre a situação e movimentos do adversário ou potencial adversário, contribuindo, simultaneamente, para a satisfação das necessidades operacionais das outras componentes do SF;
 - b. Assegurar, no EEINP, a vigilância e o controlo da poluição no mar, do contrabando aduaneiro, do tráfico de estupefacientes e da imigração ilegal, bem como a fiscalização das atividades de pesca na zona económica exclusiva;

- c. Realizar operações aéreas em apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil no âmbito da vigilância, da deteção e da assistência no combate aos incêndios, com o recurso a equipamento de vigilância específico;
 - d. Efetuar operações aéreas de reconhecimento fotográfico e geofísico com o objetivo de colaborar com as entidades civis e militares no levantamento cartográfico do território nacional, na pesquisa e registo de recursos naturais e, genericamente, na satisfação e melhoria da qualidade de vida das populações.
5. **Transporte Aéreo Estratégico, Tático e Especial (CA6):** Manter em estado de prontidão permanente meios de transporte aéreo:
- a. Estratégicos, preparados para desenvolver operações em qualquer região do globo, garantindo a mobilidade que permita a projeção de Conjuntos Modulares de Forças (CMF), incluindo a sua sustentação, movimentação e evacuação;
 - b. Táticos, preparados para atuar em teatros de operações no EEINP e no EEINC, assegurando a mobilidade, através de transporte aéreo intrateatro, permitindo às forças serem projetadas, sustentadas, movimentadas ou evacuadas. Deverá garantir igualmente a evacuação de cidadãos nacionais de áreas de crise ou conflito, bem como, quando solicitado e após análise da situação, apoiar as forças de operações especiais;
 - c. Especiais, preparados para atuar no EEINP e no EEINC, destinados ao transporte de altas entidades do Estado, evacuações sanitárias, transporte de órgãos humanos, evacuação de zonas onde ocorram catástrofes naturais, apoio às Forças de Segurança, apoio a missões de proteção civil, apoio ao combate a fogos e outras de interesse público.
6. **Busca e Salvamento (CA7):** Manter, em elevado estado de prontidão permanente (24/7), meios de busca e salvamento preparados para atuar no EEINP. No âmbito das necessidades nacionais e em cumprimento dos compromissos internacionais assumidos, visa igualmente empregar meios aéreos com equipas de salvamento e equipamento especializados, em missões de busca e salvamento aéreo, marítimo e terrestre.
7. **Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação da Força (CA8).** Através desta Capacidade pretende-se:
- a. Manter os equipamentos e um sistema de apoio à projeção das forças e ao seu emprego operacional, projetar as forças de proteção próxima e assegurar as condições de sustentabilidade, no âmbito da logística de operações;
 - b. Projetar um destacamento aéreo modular, para execução de operações conjuntas e combinadas;

- c. Garantir a proteção ativa e passiva das forças destacadas, seja em ambientes convencionais, seja em ambientes nucleares, biológicos, químicos e radiológicos.
8. **Instrução de Pilotagem e de Navegação Aérea (CA9):** Assegurar a:
- a. Formação inicial de pilotos e de navegadores, desde a seleção até à qualificação em pessoal navegante permanente;
 - b. Formação avançada para pilotos de aeronaves de combate;
 - c. Formação especializada em aeronaves de asa rotativa.
9. **Reservas de Guerra (CA12):** Garantir a disponibilidade de armamento, equipamento e munições para os Sistemas de Armas da Força Aérea e para o emprego operacional sustentado dos meios e das forças nas diversas capacidades inerentes ao combate, vigilância, busca e salvamento, bem como assegurar as reservas de armamento necessárias para cumprir com as missões de combate dos meios aéreos com base nos *standards* da OTAN.

IV. Lista de Abreviaturas

AFA – Academia da Força Aérea	LOBOFA– Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
A-JET – <i>Dassault/Dornier Alpha-Jet</i>	LOFA – Lei Orgânica da Força Aérea
AL III – <i>Sudaviation – SE 3160 Alouette III</i>	LPM– Lei de Programação Militar
ALNF16 - Programa de alienação de aeronaves F-16	MDN – Ministério da Defesa Nacional
CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea	MLU– <i>Mid Life Update</i>
CFMTFA – Centro de Formação Militar e Técnico da Força Aérea	OE – Objetivo Estratégico
CLAFA – Comando da Logística da Força Aérea	ONU – Organização das Nações Unidas
CIRC - <i>Computer Incident Response Capability</i>	OTAN– Organização do Tratado do Atlântico Norte
C130 – <i>Lockheed C-130 H / H-30 Hercules</i>	PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
C295 – <i>EADS C-295M</i>	POCP– Plano Oficial de Contabilidade Pública
EADS – <i>European Aeronautic Defence and Space Company</i>	QP – Quadro Permanente
EEINC - Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural	RAFE– Regime de Administração Financeira do Estado
EEINP - Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente	RC – Regime de Contrato
EH101 – <i>Agusta-Westland EH-101 Merlin</i>	RE – Regime de Esforço
EMFA – Estado-Maior da Força Aérea	SA330 – <i>Aerospatiale SA-330S PUMA</i>
EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas	SES - <i>Single European Sky</i>
F16 – <i>Lockheed Martin F-16 A</i>	SF – Sistema de Forças
F16-MLU – <i>Lockheed Martin F-16 AM</i>	SNC – AP – Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública
HV – Horas de Voo	SIAFP – Serviço de Inspeção e Auditoria Financeira
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado	SIG - Sistema Integrado de Gestão
LDN – Lei da Defesa Nacional	SIGDN– Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional
LIM - Lei de Infraestruturas Militares	TAV– Taxa Anual de Variação
	UE – União Europeia

